

## CHICÃO E COQUEIRO MACHO: (SUB)VERTENDO AS MASCULINIDADES<sup>1</sup>

## CHICÃO E COQUEIRO MACHO: (SUB) VERTING MASCULINITIES

ADRIANA ALBERT DIAS<sup>2</sup>  
Universidade Federal da Bahia

**Resumo:** O artigo destina-se a refletir sobre o processo de construção do gênero, através da análise de notícias de jornais, produções médicas e criminológicas, tendo como ponto de partida os

**Abstract:** The article aims to reflect on the process of gender construction, through the the analysis of notices from newspapers, medical and criminologist productions, having

---

<sup>1</sup> O artigo apresenta resultados parciais da minha tese de doutorado, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia, e ainda em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. É importante esclarecer que a ortografia foi atualizada em todas as fontes primárias e secundárias citadas. Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo Pereira Lima, pelas inúmeras contribuições, discussões, revisões atentas, críticas, sugestões, comentários, incentivo e disponibilidade de sempre. Também agradeço à minha companheira Patrícia Freitas pela leitura cuidadosa deste texto, ao amigo e historiador Alessandro Cerqueira Bastos pelos diálogos, comentários e sugestões sobre masculinidades femininas e à Prof<sup>a</sup> D<sup>ra</sup>. Nancy Sento Sé Assis pelas conversas e contribuições.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Integrante do GT Gênero e História – ANPUH-BA e do RIMEG – Rede Internacional Multidisciplinar de Estudos de Gênero. Co-fundadora do Grupo de Estudos e Intervenção Feminista Marias Felipas, <https://mariasfelipas.wordpress.com/>.

codinomes masculinizados de duas mulheres dos segmentos populares. Concentrando-se no período entre 1910 e 1935, o texto procura demonstrar que diversos elementos associados às masculinidades não pertenciam apenas aos homens, mas podiam ser partilhados por mulheres. As masculinidades de Chicão e Coqueiro Macho não estavam restritas aos seus apelidos, mas se estendiam aos comportamentos considerados valentes, insubmissos e violentos. Tais modos de agir podiam ser fruto de suas escolhas, relacionadas ou não a suas sexualidades e desejos, e, sem dúvida, eram fundamentais no enfrentamento dos desafios cotidianos de mulheres afrodescendentes e pobres no mundo desigual de Salvador do começo do século XX.

as a starting point the masculinized codenames of two women from popular segments. Focusing on the period between 1910 and 1935, the text seeks to demonstrate that several elements associated with masculinity did not belong only to men, but could be shared by women. The masculinities of Chicão and Coqueiro Macho were not restricted to their nicknames, but extended to behaviors considered brave, insubmissive and violent. Such ways of acting could be the result of their choices, whether or not related to their sexualities and desires, and were, undoubtedly, fundamental in facing the daily challenges of poor and afro-descendant women in the unequal world of Salvador at the beginning of the 20th century.

**Palavras chaves:** Masculinidades, história e relações de gênero

**Keywords:** Masculinities, history and gender relations

## MASCULINIDADES EM CORPOS FEMININOS

A cientista transexual australiana Raewyn Connell, em um artigo já bastante conhecido, mostrou uma variedade de pesquisas sobre as masculinidades que vem sendo produzida por historiadoras/es e etnógrafas/os desde os anos 1990. Os resultados desses estudos revelam, empiricamente, que seria problemático empregar o conceito de masculinidade de maneira essencialista e homogeneizante devido à multiplicidade de configurações de masculinidades encontradas, que se distinguem entre si e a partir das relações com os gêneros no tempo e no espaço. Dentre os trabalhos apresentados por Connell, alguns tornam explícito o caráter não essencialista e não biologizante do

termo<sup>3</sup> por se dedicarem a estudar sobre “masculinidades postas em atos por pessoas com corpos femininos”.<sup>4</sup> É este um dos assuntos que gostaria de problematizar neste artigo.

Meu objetivo é demonstrar que as masculinidades não são referenciais exclusivos de um único gênero ou, dito de outra forma, que elementos associados às masculinidades na cidade de Salvador, entre os anos 1910 e 1930, não pertenciam apenas aos homens, mas também poderiam ser partilhados por algumas mulheres. Refiro-me, especialmente, às mulheres das camadas populares, que eram em sua maioria negras e pardas, e cujos codinomes masculinizados sugerem que possuíam características atribuídas ou definidas como adequadas ao sexo masculino.

Um dos problemas que quero investigar é se essas mulheres apenas tinham codinomes masculinos ou se suas performances de gênero eram percebidas em termos de masculinidade, ou seja, se suas aparências, vestimentas, gestos e comportamentos eram entendidos como inadequados às mulheres e próprios dos homens. Será que ganharam tais apelidos em função desses aspectos? É importante destacar que isso não significa afirmar que elas fossem, necessariamente, masculinas ou que assim se identificassem, mas que pareciam ser classificadas dessa forma por pessoas da época que enxergavam masculinidades e feminilidades em termos fixos, essencialistas e opostos.

Dentro desta discussão, também procuro entender quais eram os significados dos seus apelidos. Seriam seus codinomes indícios de que elas eram “mulheres-homem”, termo raro à época, mas já usado de modo pejorativo para denominar mulheres que

---

<sup>3</sup> MESSERSCHMIDT, J. W. *Flesh & Blood: Adolescent Gender Diversity and Violence*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2004 e HALBERSTAM, Judith. **Female Masculinity**. Durham and London: Duke University Press, 1998. Disponível em: <[https://transreads.org/wp-content/uploads/2019/06/2019-06-08\\_5cfba24a7c20f\\_judith-halberstam-female-masculinity-2.pdf](https://transreads.org/wp-content/uploads/2019/06/2019-06-08_5cfba24a7c20f_judith-halberstam-female-masculinity-2.pdf)>. Acesso em 30.04.2024. Atualmente, Judith é um homem transexual e se chama Jack.

<sup>4</sup> CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**. Florianópolis: 2013, vol. 21, n.1, janeiro-abril, p.250. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>>. Acesso em 11.11.2021. Atualmente, Robert é uma mulher transexual e se chama Raewyn.

vestiam trajes de homem podendo ou não se relacionarem afetiva e sexualmente com outras mulheres?<sup>5</sup> Será que suas performances lidas como práticas de masculinidade seriam uma mera imitação de atos performativos masculinos reproduzidos por mulheres ou seriam um tipo de “masculinidade feminina”? Para Jack Halberstam a “masculinidade feminina realmente nos dá um vislumbre de como a masculinidade é construída como masculinidade”.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Localizei o termo “Mulher-homem” pela primeira vez na imprensa, na Fundação Biblioteca Nacional, Jornal A Manhã, Bahia. 02.06.1920, com a seguinte manchete: “Mulher-Homem. A rua da Bangala é um paraíso para uns e inferno para outro”. Nesta notícia, a expressão se refere a uma mulher que se vestia de homem e que invadiu casas para furtar. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/720151/236>>. Acesso em 10.12.2021. Segundo Durval Albuquerque Júnior, as mulheres militantes do movimento feminista brasileiro, questionadoras dos papéis atribuídos aos gêneros, também eram consideradas mulheres-homem das primeiras décadas do século XX. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: inversão do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)**. SP: Intermeios, 2013, (Coleção Entregêneros) p.94. Alômia Abrantes, que pesquisou em sua dissertação de mestrado sobre as imagens do feminino nos anos 1920 na imprensa da Paraíba, afirmou em sua tese de doutorado que naquele estudo localizou “muitas referências as mulheres ditas virilizadas, as “viragos”, as “mulheres-macho”, porém não consegui ainda ter acesso ao seu trabalho. Em uma troca de e-mail com a historiadora, Abrantes me explicou que, apesar desta não ter sido a discussão central em seu mestrado, ela tratou da masculinização das sufragistas. Suponho, portanto, que essas seriam as mulheres vistas nos jornais como virilizadas. DA SILVA, Alômia Abrantes. **Paraíba Mulher-Macho: tessituras de gênero (des)afios da história (Paraíba, século XX)**, Tese de doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008, p.11. É interessante observar que a autora usa a expressão “mulher-macho” e não “mulher-homem”. Todavia, ao que me parece o termo “mulher-macho”, muito associada à mulher nordestina, mais especificamente da Paraíba, parece ter se tornado popular apenas após o lançamento da música “Paraíba masculina, muié macho, sim, senhor”, composta por Luiz Gonzaga e cantada por Emilinha Borba em 1950. De acordo com Abrantes, a expressão de Luiz Gonzaga, de caráter político, se referia, originalmente, a uma mulher específica e ao estado da Paraíba e se relacionava a acontecimentos ligados ao golpe de 1930. Ao longo do tempo, o termo foi ganhando diversos significados, como mostra a autora. ABRANTES, *Op. Cit.*, p.12. Por outro lado, Albuquerque argumenta que o discurso regionalista nordestino já vinha construindo uma imagem masculinizada da mulher nordestina desde o começo do século XX, e seus traços masculinos eram associados a uma herança do meio rural, da vida dura da mulher sertaneja. No entanto, em uma pesquisa no site da hemeroteca nacional entre os anos 1910 e 1939, só encontrei cinco ocorrências da expressão “mulher-macho” e todas elas em jornais do Rio de Janeiro, enquanto o termo “mulher-homem”, localizado neste mesmo site, possui menções mais frequentes na imprensa de diversos estados do Brasil, especialmente, nos anos 1930, e não era restrito às pessoas do Nordeste.

<sup>6</sup> No original, “[...] female masculinity actually affords us a glimpse of how masculinity is constructed as masculinity”. HALBERSTAM, Judith. *Op. Cit.*, p.1.

A partir dos codinomes masculinizados de duas mulheres dos segmentos populares, Chicão e Coqueiro Macho, busco refletir sobre o processo de construção do gênero através de um *corpus* documental constituído, sobretudo, de notícias publicadas nas colunas policiais dos jornais *O Estado da Bahia*, *O Imparcial* e *Diário de Notícias*, que circularam em Salvador entre 1910 e 1940. A imprensa, veículo dotado da função de formar opinião pública e, em geral, utilizado para transmitir os valores e as opiniões das elites, é aqui concebida como importante instrumento na fabricação das normas de gênero e na disciplinarização dos modos de vida e comportamentos de mulheres dos segmentos populares. A ideia é analisar como essas mulheres com apelidos de homens foram descritas nessas notícias – os termos usados pelos jornais, suas características físicas, suas personalidades, vestimentas, comportamentos, vocabulários, gestos e atitudes – para entender se, do ponto de vista dos jornalistas, elas estariam transgredindo o padrão dominante de feminilidade ditado pelas elites. Também apresento as situações em que elas se encontravam quando viraram notícias das colunas policiais, buscando vislumbrar parte do seu cotidiano para tentar entender de que maneira essas duas mulheres absorviam, questionavam ou reinterpretavam os principais ideais de gênero a partir de suas próprias representações e experiências ou daquelas que a elas eram atribuídas pela imprensa.<sup>7</sup>

Além das notícias de jornal, também utilizo como fonte histórica a tese Nise da Silveira sobre criminalidade feminina no Brasil, defendida na cadeira de Medicina legal, em 1926.<sup>8</sup> Para escrever sua tese, ela visitou a Casa de detenção de Salvador e observou algumas mulheres encarceradas acusadas por crimes

---

<sup>7</sup> As seções sobre Chicão e Coqueiro Macho ficaram numericamente desiguais, pois os indícios históricos e historiográficos sobre cada uma delas são distintos.

<sup>8</sup> SILVEIRA, Nise. M. da. **Ensaio sobre a criminalidade da mulher no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Médico-Cirúrgicas) - Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1926. SILVEIRA, Nise M. da.

Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29508>>. Acesso em 07.03.2022. Esta tese foi, publicamente, defendida em 1926 por Nise da Silveira para obter o grau de Doutora em Ciências Médico-Cirúrgicas. Agradeço a Alessandro Cerqueira pela indicação desta preciosa fonte.

diversos. A Nise da Silveira da década de 1920,<sup>9</sup> médica recém formada pela Faculdade de Medicina da Bahia, reduto das teorias da Escola Italiana de Criminologia e suas relações com a medicina legal, não ficou imune a esses discursos da antropologia criminal. Sua tese contribui para compreender a relação, defendida por muitos médicos da época, entre criminalidade e degenerações físicas e psicológicas que em alguns casos poderiam ser consideradas anomalias de gênero. A obra sobre as mulheres delinquentes<sup>10</sup> de Cesare Lombroso, conhecido como um dos fundadores da Escola Italiana de Criminologia, é outro documento analisado, pois, embora tenha sido publicada na Itália no final do século XIX e as teorias deste médico criminalista há tempos fosse questionada na Europa, suas reflexões sobre delinquência ainda eram referências de muitos/as intelectuais brasileiros/as, a exemplo da própria Nise da Silveira.<sup>11</sup> Dentre as ideias defendidas por Lombroso, interessa-me a associação feita

---

<sup>9</sup> Uso essa expressão porque Nise da Silveira, hoje famosa por ter revolucionado a psiquiatria no Brasil, estava ainda nos primórdios de sua formação. Nise de Silveira, nascida em Maceió em 1905, se transformou em uma grande médica psiquiatra, introdutora da psicologia junguiana e da terapia ocupacional no Brasil. Ela se tornou uma médica revolucionária, conhecida, especialmente, porque se opôs aos métodos violentos de tratamento usados na sua época, a exemplo da internação, os eletrochoques e a lobotomia, entre outros. Também foi pioneira no desenvolvimento de pesquisas sobre a relação afetiva de pacientes com animais, que, para ela, eram uma espécie de co-terapeutas: <http://www.ccms.saude.gov.br/nisedasilveira/uma-psiquiatra-rebelde.php>. Acesso 07.03. 2022.

<sup>10</sup> LOMBROSO, Cesare e FERRERO, Gulielmo. **A mulher delinquente: A prostituta e a mulher normal**. Curitiba: antoniofontora, tradução: Antônio Fontora, 2017. Publicada pela primeira vez em 1893. Nesta obra Lombroso defende que mulheres, que possuíam atributos e comportamentos entendidos como mais próximos ao universo masculino, eram anormais e tinham maior propensão ao crime.

<sup>11</sup> Todavia é importante relativizar a influência de Lombroso na tese da médica recém-formada Nise da Silveira, pois, de acordo com Nancy Assis, Nise fez algumas críticas ao médico italiano em suas conclusões e dialogou mais com duas cientistas da época, a médica psiquiatra italiana Gina Lombroso, filha de Cesare Lombroso, e criminologista a russa Pauline Tarnowsky, pioneira nos estudos sobre criminalidade feminina. ASSIS, Nancy S. Sé. Crimes e criminosos em Salvador (1890-1930): Teses médicas, discursos e recepção jurídico-policial. **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro: vol. 13, no 2, maio-agosto, 2021, p. 275. Disponível em: <[https://periodicos.uff.br/revista\\_passagens/article/view/47952](https://periodicos.uff.br/revista_passagens/article/view/47952)>. Acesso em 10.11.2023. Vale mencionar que na obra de Cesare Lombroso sobre a delinquência feminina tem várias referências à Pauline Tarnowsky que muito contribuiu com seu trabalho com dados e fotografias de mulheres criminosas.

entre prostitutas e caracteres de virilidade, aspectos considerados típicos dos homens.<sup>12</sup>

As duas obras acima citadas são fontes fundamentais para refletir sobre normas de masculinidade e feminilidade porque muitos médicos, desde o Oitocentos e, sobretudo, no período pesquisado, tornaram-se reconhecidos, socialmente, no Brasil enquanto autoridades para legitimar o que era tido por normal e anormal em termos de gênero e sexualidade.<sup>13</sup> Essas teorias não ficaram restritas aos muros das academias, elas também estavam nas entrelinhas dos jornais e, de modo geral, exerceram influência na sociedade baiana republicana interferindo na maneira como eram vistas e tratadas as pessoas que transgrediam os padrões comportamentais defendidos por profissionais da medicina como inerentes ao sexo biológico.

Pelos indícios das fontes jornalísticas, é possível supor que os codinomes masculinos de Chicão e Coqueiro Macho referiam-se à constituição de suas aparências, seus comportamentos e atitudes. Tais características podem ser entendidas como sinais de masculinidade ou que essas duas mulheres, simplesmente, não se encaixavam nas normas de feminilidades pregadas pelas elites e legitimadas pelos discursos médicos do período, dentre eles: casar e parir, cuidar da casa e da família, se comportar de maneira submissa e obediente frente aos homens, ter gestos delicados e ser considerada, fisicamente, mais fraca que aqueles do sexo oposto.<sup>14</sup> Afinal, veremos que, segundo

---

<sup>12</sup> LOMBROSO, Cesare e FERRERO, Gulielmo. *Op. Cit.*, p.277.

<sup>13</sup> Pereira, C. A. M. (1994). **O Direito de Curar: Homossexualidade e Medicina Legal no Brasil dos anos 30**. In: HERSCHMANN, M. M., PEREIRA, C. A. M. (Ed.). *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. RJ: Rocco, 1994, p.99.

<sup>14</sup> São muitos os trabalhos que abordam estes padrões de feminilidade que as elites tentavam de variadas formas impor as mulheres em diversas capitais do Brasil até pelo menos a metade do século XX, dentre eles: ABREU, Martha. **Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890-1930**. RJ: Ed. Paz e Terra, 1985. CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000. FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza, 1890-1940**. Salvador: CEB, 2003. LUZ, Adriana de. **Mulheres e doutores: discursos sobre o**

os jornais, essas mulheres com apelidos de homens não eram submissas, nem obedeciam aos machos, não estavam reclusas em casa, viviam nas ruas, tinham vocabulário inapropriado para a ordem social e moral vigentes, eram acusadas de promover desordens e arruaças, resistiam à polícia, brigavam e até batiam em homens.

O assunto não é fácil de ser abordado devido ao déficit documental e narrativo sobre as mulheres em geral e, em especial, no campo da criminalidade, como explica Michelle Perrot.<sup>15</sup> Elas são temas raros e se tornavam visíveis quando contestavam a ordem vigente e determinadas autoridades, que, conforme mostrarei, será o caso das pessoas aqui pesquisadas. Em se tratando de mulheres masculinizadas e pobres na Salvador Republicana do começo do século XX, a dificuldade da investigação se agrava em virtude da falta de estudos historiográficos e documentais, pois, até o presente momento, não encontrei nenhum trabalho a respeito delas e raras são as fontes históricas. A pouca documentação não significa que o fenômeno fosse recente. O antropólogo Jocélio Telles é um dos primeiros a escrever um artigo que aborda o tema da transgeneridade e da transexualidade, apesar dos termos não serem ainda usados. Ele demonstrou, a partir de notícias de jornal e documentação policial, a existência de homens e mulheres cujo gênero não correspondia à sua aparência física dentro dos padrões normativos de masculinidade e feminilidade desde a Bahia oitocentista. Nas situações analisadas por Telles, havia pessoas cujos modos de ser e viver eram entendidos como transgressores, não apenas das normas e padrões de vestuário para cada um dos sexos, mas também no campo da sexualidade.<sup>16</sup>

---

**corpo feminino, Salvador, 1890-1930.** Dissertação de mestrado (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 1996. SANCHES, Ma. Aparecida. **As razões do Coração: namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador 1889/1950.** Tese de doutorado (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2010.

<sup>15</sup> PERROT, Michellet. **As mulheres ou os silêncios da História.** Bauru, SP, EDUSC, 2005. (Coleção História).

<sup>16</sup> TELLES, Jocélio. “Incorrigíveis, afeminados, desenfreiados”: Indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. **Revista de Antropologia.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997, v.40, n.2, pp.145-182. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-77011997000200005>>. Acesso em 09.10.2021. Além



Meu ponto de partida são os apelidos masculinos de duas mulheres afrodescendentes que moravam em Salvador no começo do século XX: Chicão e Coqueiro Macho.<sup>17</sup> Nomes ou codinomes podem ser interpretados como elementos simbólicos significativos na constituição da identidade das pessoas.<sup>18</sup> Ou seja, podem conferir identidades aos indivíduos relacionadas à sua cor, ocupação socioprofissional, naturalidade, ascendência familiar, geração, entre outras categorias. Mudar de nome ou adquirir um codinome pode ter a função de recriar a identidade social dos sujeitos. Apelidos em geral se baseiam nas características ou em alguma particularidade da pessoa, podendo ou não ser depreciativo.

Os codinomes – Chicão e Coqueiro Macho – demonstram por si só que essas mulheres eram percebidas como transgressoras de uma determinada norma de feminilidade que se pretendia hegemônica pelas elites ditas civilizadas. É preciso considerar que esse padrão estava muito longe da realidade não apenas daquelas conhecidas por apelidos masculinos, mas da maioria das

---

de Jocélio Telles, em MOTT, Luiz. **O lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1987, obra pioneira sobre o tema, o antropólogo traz uma variedade de mulheres que se vestiam de homem e/ou se relacionavam sexualmente com outras mulheres desde o Brasil Colonial.

<sup>17</sup> Embora a documentação encontrada não forneça a cor das protagonistas principais desta história, é possível supor que Chicão e Coqueiro Macho fossem mulheres afrodescendentes. Primeiro porque, de acordo com o censo de 1890, 68% da população de Salvador era formada por não brancos e, apesar de o quesito cor ter sido eliminado dos censos de 1900 e 1920, tudo indica que a proporção entre negros, mestiços e brancos não tenha se alterado devido à inexpressiva imigração europeia entre 1890 e 1940 para esta cidade. Segundo porque, a partir de vasta bibliografia, pode-se afirmar que o pequeno comércio de rua e o mercado da prostituição neste período eram formados, principalmente, por mulheres negras e pardas. Por fim, porque os termos pejorativos de caráter desmoralizante utilizados pela imprensa para se referir a Chicão e Coqueiro Macho, conforme será visto, dificilmente, seriam usados se fossem duas mulheres brancas. Para ver o censo de Salvador de 1890 ver: República dos Estados Unidos do Brasil. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. Sexo, raça, estado civil, nacionalidade, filiação culto e analfabetismo da População Recenseada em 31 de dezembro de 1890. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25487.pdf>>. Acesso em 08.05.2024. Sobre a ausência do quesito cor nos censos de 1900 e 1920 ver: SANCHES, *Op. Cit.*, p. 123.

<sup>18</sup> HALBERSTAM, Judith. *Op. Cit.*, p.8.

mulheres que trabalhava nas ruas de Salvador.<sup>19</sup> Entretanto, nem todas as mulheres do povo recebiam apelidos masculinos.<sup>20</sup> Então, o que será que Chicão e Coqueiro Macho tinham de diferentes das outras?

### **VIRILIDADE À FLOR DA PELE OU CHICÃO, A “MULHER ACOSTUMADA A BATER EM HOMEM”**

A primeira se chamava Francisca Albina (ou Albino) dos Santos. Seu apelido poderia ser Chicon ou Chiquinha, mas isso não ocorreu, porque sua alcunha conhecida era Chicão, substantivo no masculino em grau aumentativo. A interpretação imediata é a de que se tratava de um homem. Mas não só, pois parecia se tratar de um homem grande, alto, forte e valente. O apelido confere à Francisca uma nova identidade de gênero e, se fosse nos dias de hoje, não teríamos dúvida em afirmar que era um homem transexual ou transgênero. Na época, posto que o vocabulário não comportava a ambiguidade positivada dos movimentos sociais atuais, podia ser uma “mulher-homem”. Todavia, infelizmente, além de raras, as notícias de jornal localizadas sobre Chicão trazem poucos detalhes dessa personagem para que se possa tirar conclusões tão taxativas.

Na primeira notícia que se conhece sobre ela, publicada no jornal *O Estado da Bahia*, em 1935, o jornalista faz a seguinte descrição: “rapariga de porte alto, com grande desenvolvimento físico, é do mesmo quilate do Pedro. Não costumada[sic] a levar desaforos para casa”.<sup>21</sup> Nota-se, pela representação atribuída a Chicão, que se tratava de uma pessoa cujo corpo já insinuava uma quebra de expectativas com relação à compleição física feminina. Não era pequena e nem tampouco se caracterizaria como pessoa do sexo frágil ou belo sexo, como se dizia então. Ela foi descrita como uma mulher alta, musculosa e seu corpo teria as medidas

---

<sup>19</sup> FERREIRA FILHO, *Op. Cit.*; SANCHES, *Op. Cit.*; FOLTRAN, Paula Juliana. **Mulheres incorrigíveis: Histórias de Valentia, Desordem e Capoeiragem na Bahia.** São Paulo: Editora. Dandara, 2021.

<sup>20</sup> Paula Juliana Foltran localizou na imprensa baiana outras mulheres das camadas populares com apelidos masculinizantes, eram elas: Maria Madeira, Maria Marechal, Diabo, Cachaça e Burro Brabo. FOLTRAN, Paula Juliana. *Op. Cit.*

<sup>21</sup> Instituto Histórico Geográfico da Bahia (IHGB), *O Estado da Bahia*, 29.08.1935.

equivalentes ao do seu adversário, o carregador Pedro Porreta. Chicão estava, portanto, aos olhos do jornalista, mesmo sem deixar de ser mulher, mais parecida, mais próxima em escala, com um homem do que com uma mulher.<sup>22</sup> Há aqui uma referência importante para se pensar como a diferença física torna-se um elemento central para a constituição dos significados de gênero, encerrando um movimento de afirmação do binário e de reconhecimento estereotipado da ambiguidade do não binário. Essa variação de gênero estereotipada torna-se mais evidente quando o jornalista emprega, junto com as suas características físicas lidas como masculinizantes, a palavra “rapariga” para se referir a Chicão. Termo que significava mulher jovem, mas também queria dizer “meretriz”.<sup>23</sup> Chamá-la de rapariga funcionava como uma estratégia apropriada neste contexto no intuito de desqualificá-la, marcando sua feminilidade fora das normas morais dominantes.

Tanto Pedro Porreta quanto Chicão foram chamados na notícia de “conhecidos desordeiros”, o que se queria dizer que sempre se envolviam em brigas e confusões, um tipo de comportamento que, do ponto de vista dominante, seria mais relacionado ao mundo dos homens, especialmente os considerados delinquentes. No entanto, abundam referências na imprensa e nos registros policiais de mulheres negras, pardas e pobres acusadas de praticar desordens em diversos pontos da cidade republicana.<sup>24</sup> Portanto, até certo ponto, a suposta

---

<sup>22</sup> Cláudia Costa, ao discutir as transformações nas conceitualizações do gênero, analisa, criticamente, alguns teóricos/as que pensam o gênero como força da personalidade que se mede em graus ou escala. COSTA, Cláudia de Lima. O Leito de Procusto: Gênero, Linguagem e as Teorias Feministas. **Cadernos Pagu** (2) 1994, p.150.

<sup>23</sup> AULETE, Francisco J. Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Lisboa: Tipografia da Parceria Antonio Maria Pereira, 2ª. Edição atualizada, 2º Volume, 1925, p.681.

<sup>24</sup> ARAS, Lina e OLIVEIRA, Josivaldo de. Sob a pena da Lei: mulheres pobres e marginais. **POLITEIA: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, 2003. OLIVEIRA, Josivaldo P. de. Amarrando as saias: indícios sobre mulheres capoeiras na cidade da Bahia. In: OLIVEIRA, Josivaldo P. de e LEAL, Luiz Augusto. **Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: < <https://books.scielo.org/id/96v9g/pdf/oliveira-9788523217266-09.pdf> >. Acesso em 07.10.2022. FOLTRAN, *Op. Cit*; PALAFOZ, Jamile. “Desordeiras” e “Turbulentas”: As presas da Correção de Salvador (1889-

delinquência aproximava os dois sujeitos sociais. De toda sorte, ambos – Porreta e Chicão – foram qualificados de “duros” que poderia significar ser forte, resistente e violento, características, pretensamente, masculinas que iam de encontro com o que se acreditava ser próprio de uma suposta natureza feminina.<sup>25</sup> Ou seja, há referências que complexificavam as representações de feminilidade que poderiam ser aderidas por pessoas como Chicão.

“Desordeiros” e “desordeiras” eram algumas das denominações usadas nos periódicos soteropolitanos para estigmatizar homens e mulheres das camadas populares e justificar a necessidade de um maior controle e repressão policial deste grupo social nas ruas de Salvador nas primeiras décadas do século XX.<sup>26</sup> Também eram comuns nas páginas policiais dos jornais notícias sobre pessoas do povo sendo presas por crime de desordem.<sup>27</sup> Para Lina Aras e Josivaldo de Oliveira, os “crimes de desordem poderiam ser por brigas, ameaças à mão armada, quebras de estabelecimentos etc.”, um conjunto de elementos entendidos pela polícia como transgressão à moral pública.<sup>28</sup> Contudo, tentarei demonstrar que o termo desordem era um

---

1890). Dissertação de Mestrado (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 2021.

<sup>25</sup> Como explica Adriana Luz, o estereótipo da fragilidade do sexo feminino foi, fortemente, defendido e legitimado pelo pensamento médico baiano durante a Primeira República. Segundo os médicos, na infância, homens e mulheres se distinguiam, sobretudo, em termos psicológicos. Enquanto as meninas eram frágeis e tendiam à doçura e ao sentimentalismo, características que as acompanhariam por toda a vida, os meninos tinham propensão à crueldade e ao egoísmo. LUZ, Adriana. *Op. Cit.*, p.4-5, p.97.

<sup>26</sup> Outros termos também eram usados na imprensa para estigmatizar homens e mulheres do povo, entre eles, destaco: “valentão”, “vadio”, “capadócio”, “brigador”, “malandro”, “turbulenta”, “mulher da pá virada”, “decaída”, “mulher de cabelinho na venta”, “mulher de vida fácil”, “meretriz” e “mulheres incorrigíveis”.

<sup>27</sup> , PIRES, Antonio L. C. S. **A capoeira na Bahia de Todos os Santos: um estudo sobre cultura e classes trabalhadoras (1890-1937)**. Tocantins: NEAB; Goiânia: Grafset, 2002. OLIVEIRA, Josivaldo P. de. **No tempo dos valentes: os capoeiras na Cidade da Bahia**. Salvador: Quarteto, 2005. DIAS, Adriana. **Mandinga, Manha e Malícia: uma história sobre os capoeiras na Capital da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2006. ARAS, Lina e OLIVEIRA, Josivaldo P. de. *Artigo citado*. FOLTRAN, *Op. Cit*; PALAFOZ, Jamile. *Op. Cit*.

<sup>28</sup> ARAS, Lina e OLIVEIRA, Josivaldo P. de. Sob a pena da Lei.... *Artigo citado*, p.171.

pouco mais complexo e também se relacionava com aspectos sociorraciais.

De acordo com os trabalhos de Alexandra Brown e Wilson Matos, ao longo da segunda metade do século XIX, houve um aumento significativo das prisões identificadas pelo termo genérico de desordem.<sup>29</sup> Jamile Palafoz, em sua dissertação sobre mulheres “desordeiras” e “turbulentas”, que foram presas na cadeia de correção de Salvador, entre os anos de 1889 e 1890, explica que, à medida que a escravidão caminhava para o fim, intensificou-se a vigilância policial sob populações negras e afrodescendentes e a preocupação das elites com a desordem aumentou, o que se tornou evidente nos registros de prisões de mulheres e homens acusados de promoverem este tipo de crime.<sup>30</sup>

Para se ter uma ideia, no ano de 1887, na capital baiana, 48,8% do total de prisões realizadas se deram pela prática de desordem.<sup>31</sup> A partir da virada do século XX, o crime por desordem se intensificou ainda mais e permaneceu sendo a principal justificativa para que policiais levassem ao cárcere homens e mulheres, pobres e pretas. Conforme os dados estatísticos das prisões efetuadas na cidade de Salvador no ano de 1918, quase 70% dos encarceramentos efetuados se deram por crime de desordem.<sup>32</sup>

O que significava a categoria “desordem” usada como justificativa para tantas prisões? Maria Aparecida Sanches lembra que durante a Primeira República as elites insistiam em “associar todo e qualquer símbolo de negritude à feiura, à decadência moral, à desordem e ao atraso social e intelectual”.<sup>33</sup> No Código Penal de 1890, este termo já se encontrava no artigo 402 que

---

<sup>29</sup> BROWN, Alexandra. **On the vanguarda of civilization: slavery, the police, and conflicts between public and private power in Salvador da Bahia, Brazil, 1835-1888**. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Universidade do Texas, 1998 e MATOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888)**. Salvador: EDUFBA, 2008.

<sup>30</sup> PALAFOZ, *Op. Cit.*

<sup>31</sup> MATOS, Wilson Roberto de. *Op. Cit.*, p.127.

<sup>32</sup> BPEB, Diário Oficial, 18.02.1919, p.1646.

<sup>33</sup> SANCHES, *Op. Cit.*, p.107.

criminalizava a capoeira.<sup>34</sup> Mas não se resumia a esta prática cultural negra. Isso fica evidente na bibliografia levantada por Palafoz que faz uma análise minuciosa sobre o termo desordem.<sup>35</sup> Nesses trabalhos, além da associação da categoria desordem à capoeira, ela também foi relacionada às manifestações culturais da religiosidade negra e ao exercício da prostituição. O que demonstra sua relação com o universo popular e negro que seria o avesso da moral e dos costumes brancos e burgueses que se buscavam impor aos segmentos populares neste período. Mas, como vimos, o termo é anterior à República e desde o século XIX justificava muitas prisões.

Wilson Mattos afirma que, no Oitocentos, a categoria desordem já englobava atitudes de transgressões à moral pública e aos bons costumes.<sup>36</sup> Todavia, além disso, com certeza, o termo ocultava “muitas práticas culturais cotidianas, comuns às populações negras e pobres de uma maneira geral”.<sup>37</sup> Práticas essas que antes de serem criminalizadas evidenciavam uma cultura cotidiana de resistência e insatisfação dos segmentos desprivilegiados da população.<sup>38</sup> É por essa linha de raciocínio que segue a análise feita por Jamile Palafoz para compreender essa categoria no alvorecer do período republicano. Em sua interpretação, o termo não se resumia ao binômio “ordem-desordem”, mas significava, sobretudo, formas de resistir e sobreviver às mazelas do cotidiano das ruas.<sup>39</sup>

Mulheres presas por desordem e/ou acusadas de desordeiras representavam o oposto do padrão de feminilidade branca e burguesa, a imagem da “mãe higiênica”, voltada para o

---

<sup>34</sup> Código Penal Brasileiro de 1890. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01.02.2022

<sup>35</sup> Para consultar à bibliografia sobre desordem indicada pela historiadora, ver PALAFOZ, *Op. Cit.* p.17.

<sup>36</sup> MATTOS, *Op. Cit.*, p.127.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p.131.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p.132. Esta ideia defendida por Wilson Matos ao estudar as experiências das populações negras na Salvador já havia sido destacada, como o próprio autor menciona, no clássico trabalho de AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, medo branco: O negro no imaginário das elites, século XIX**. RJ: Paz e Terra, 1987.

<sup>39</sup> PALAFOZ, *Op. Cit.*, p.17.

lar e o cuidado da família.<sup>40</sup> Essas mulheres que muito trabalhavam para sobreviver, por serem vistas como desonestas, estavam sujeitas a uma série de violências tanto da polícia quanto de homens de diversos segmentos sociais. Dessa forma, as práticas de desordens a elas atribuídas poderiam revelar formas de resistência à repressão policial, ao controle de seus corpos, às tentativas de limitar seus espaços de circulação, à exploração da força de trabalho e às violências praticadas até mesmo por seus próprios companheiros. As desordens, portanto, podiam ocultar os maus tratos vividos por elas nas ruas ou em casa.<sup>41</sup>

Em 1926, Chicão foi presa no distrito de São Pedro e enviada para a cadeia de correção “por motivo de faltar com respeito a moral e ordem”.<sup>42</sup> É provável que esta não tenha sido a única vez que Chicão foi encarcerada por crime de desordem, haja vista que, segundo a imprensa, no ano de 1935, ela já carregava o estigma de ser uma “desordeira conhecida”.<sup>43</sup> É possível que algumas daquelas mulheres fossem fichadas pela polícia desde muito jovens. Este estereótipo legitimava que figuras como Chicão fossem jogadas na prisão pela polícia mesmo quando estivessem se defendendo de uma violência. Assim o corpo policial exercia seu papel de limpar a cidade dos corpos indesejáveis na visão das elites higiênicas e civilizatórias. Enviá-las ao cárcere, significava corrigir seu comportamento avesso à feminilidade considerada hegemônica.

Mulheres negras, “desonestas” e masculinizadas, do tipo de Chicão, podem ser analisadas pelo viés das reflexões feitas por Judith Butler sobre corpos abjetos.<sup>44</sup> Eram elas corpos execrados (abominados, malditos e condenados) pela sociedade soteropolitana republicana e higienista das primeiras décadas do século XX que se pretendia branca, burguesa e heteronormativa.

---

<sup>40</sup> PALAFOZ, *Op. Cit.*, p.61.

<sup>41</sup> Essas ideias foram desenvolvidas, especialmente, a partir dos argumentos trazidos na dissertação já citada de Jamile Palafoz.

<sup>42</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Portaria de Recolhimento e Soltura, 15.10.1926.

<sup>43</sup> IHGB. Jornal O Estado da Bahia. 29.08.1935.

<sup>44</sup> PRINS, Baukje; MEIJER, Irene C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n.1, p.155-167, jan, 2002.

Corpos cujas vidas não importavam, nem para o Estado, nem para grande parte das elites baianas, e por isso estavam sujeitas a todo tipo de violência (de serem encarceradas sem processo, sem motivo justo). Tratava-se de uma espécie de obstáculo à nação civilizada e moralmente saudável que estava em construção; era como se essas pessoas não tivessem o direito de existir. Todavia é preciso levar em consideração que, embora essas pessoas pouco importassem do ponto de vista do Estado e das elites, elas importavam umas para as outras e no mundo das ruas elas teciam suas próprias redes de sociabilidades baseadas na ajuda mútua e luta pela sobrevivência.<sup>45</sup>

Ao se referir aos prisioneiros de guerra, Judith Butler assim escreve: “são menos que humanos. São considerados inimigos do Estado, mas também não são conceituáveis em termos de normas civilizacionais e raciais segundo as quais o humano é constituído”.<sup>46</sup> Referindo-se a uma advertência de Adorno, a autora conclui que “a violência praticada em nome da civilização revela seu próprio caráter bárbaro quando ‘justifica’ sua própria violência a sub-humanidade bárbara do outro contra o qual essa violência é perpetrada”.<sup>47</sup> Embora o contexto e os sujeitos sejam diferentes na ordem da guerra e na ordem republicana, as justificativas de violência e encarceramento são parecidas. Conforme argumenta Patricia Hill Collins, a construção de imagens de controle negativas sobre mulheres negras norte-americanas foi uma estratégia usada como justificativa de sua opressão, fazendo com que “o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana”.<sup>48</sup> Aqui também é possível identificar certas similaridades de fundo, apesar das

---

<sup>45</sup> Alguns trabalhos se referem às redes de solidariedade em Salvador, desde o século XIX, entre mulheres negras e pobres, assim como entre pessoas dos segmentos populares, dentre eles cito: SOARES, Cecília. **Mulher Negra na Bahia no Século XIX**. Dissertação de mestrado (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 1994. SANCHES, Maria Aparecida. *Op. Cit.* PALAFOZ, Jamile. *Op. Cit.*

<sup>46</sup> BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** RJ: Civilização Brasileira, 2015, p.139.

<sup>47</sup> BUTLER, Judith. *Op. Cit.*, p.139.

<sup>48</sup> COLLINS, Patricia Hill. Mammies, matriarcas e outras imagens de controle. In: **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamille P. Dias. 1º ed. SP: Boitempo, 2019, p.136.



distinções, entre o contexto amplo analisado pela autora nos Estados Unidos e a realidade brasileira da virada do século XIX até os anos 1930. Para Jamile Palafoz,

(...) é possível traçar a imagem da desordeira amarrada em um sistema de poder articulado por intersecções de raça, classe e gênero, onde a ciência positivista e a legislação criminal respaldaram a disseminação de uma visão negativa da mulher negra. Escandalosas, obscenas, turbulentas e desordeiras, muitas foram as “imagens de controle” criadas para inibir a presença das mulheres negras pelas ruas da cidade.<sup>49</sup>

De acordo com a historiadora, reduzir essas mulheres ao mundo da desordem e às recorrentes prisões foi uma maneira de silenciar e apagar outras experiências vividas por elas, por exemplo no universo do trabalho, construindo uma “história única” sobre as mulheres pobres e afrodescendentes que criava e reforçava esses estereótipos,<sup>50</sup> justificando todas as formas de violências.

Retomando a discussão sobre o apelido masculino de Chicão, quero refletir sobre a masculinização da identidade de algumas dessas mulheres com o estigma de desordeiras. Chicão e Pedro Porreta são personagens bastante conhecidas na historiografia da capoeira baiana.<sup>51</sup> Paula Juliana Foltran, que problematiza em sua tese a invisibilização da presença das mulheres na história da capoeira, afirma que o apelido de Chicão “é ilustrativo do tratamento recebido por quem transita entre as linhas da demarcação de gênero: masculinização de sua identificação social, o que opera também no nível do apagamento”.<sup>52</sup> Concordo em parte com a autora, mas acrescento que é importante pensar que o fato de sua identidade ter sido masculinizada não invalidaria a possibilidade de que Chicão

---

<sup>49</sup> PALAFOZ, *Op. Cit.*, p. 29.

<sup>50</sup> PALAFOZ, *Op. Cit.*, p.70. Nesta parte da argumentação, Palafoz traz o conceito de História Única de ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** SP: Cia das Letras, 2019.

<sup>51</sup> PIRES, Antonio L., *Op. Cit.*; OLIVEIRA, Josivaldo P. de. **No tempo dos valentes,** *Op. Cit.*, DIAS, Adriana. *Op. Cit.*; FOLTRAN, *Op. Cit.*

<sup>52</sup> FOLTRAN, *Op. Cit.*, p.151.

tenha sido agente de sua própria masculinização e pudesse gostar e adotar seu codinome com objetivo de impor respeito no cotidiano violento e hostil vivido, sobretudo, pelas mulheres do povo,<sup>53</sup> ou para demarcar a sua não identificação absoluta com o sexo feminino. Segundo Foltran, o seu codinome a apagava enquanto sujeito feminino. Para fins deste trabalho, diria que seu apelido deu visibilidade a uma mulher masculina ou que assim era vista. Ou, simplesmente, a uma pessoa de gênero entendido na época como ambíguo que, de outro modo, talvez passasse completamente despercebida. Mesmo considerando as formas de hierarquias, desigualdades e exclusões que recaíam sobre sujeitos lidos como ambíguos, não se pode deixar de lado a possibilidade do uso tático ou estratégico da própria masculinidade como veículo de resistência nos jogos e dinâmicas de relações de poder.

Chicão ficou famosa na historiografia da capoeiragem por ter agredido, violentamente, o capoeira Pedro Porreta,<sup>54</sup> que, segundo a descrição jornalista numa das fontes mais citadas sobre o caso, era um “desordeiro conhecido” com um passado recheado de conflitos e atos de bravuras e que “tinha por divertimento, fechar postos policiais. Brigar com seis soldados era coisa pequena [...]. Não se amedrontava com sabres, nem também com ‘patas de cavalo’. Era destemido mesmo”.<sup>55</sup> Mais recentemente, Paula Juliana Foltran argumentou que Chicão era tão capoeira quanto seu adversário. Talvez fosse de fato.<sup>56</sup> A questão é que,

---

<sup>53</sup> Sobre o contexto de violências e hostilidades vivido pelas mulheres do povo nas primeiras décadas da República ver: ASSIS, Nancy S. S. de. **Questões de vida e morte: valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930)**. Dissertação de mestrado (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 1996; SANTANA. **A prostituição feminina em Salvador (1900-1940)**. Dissertação de mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1996; FERREIRA FILHO, *Op. Cit.*

<sup>54</sup> ABREU, Frede, “**Bimba é Bamba**”: **a capoeira no ringue**. Salvador: Instituto Jair Moura, Núcleo de Documentação e Pesquisa da Capoeira, 1999, p.15-16. OLIVEIRA, Josivaldo P. de. No Tempo dos Valentos. *Op. Cit.*, p.82-85; p. FOLTRAN, Paula Juliana. Chicão, a última dos tempos dos valentes: a masculinização da valentia e da desordem na historiografia da capoeira. In: FOLTRAN, *Op. Cit.*, p.145-211.

<sup>55</sup> IHGB, O Estado da Bahia, 29.08.1935. Mostrarei que, segundo os jornais, Pedro Porreta faleceu por causa da agressão sofrida por Chicão.

<sup>56</sup> FOLTRAN, Paula Juliana. *Op. Cit.* Nesta obra, Paula Foltran defende a tese de que muitas mulheres das camadas populares, negras em sua maioria, localizadas, sobretudo, nas páginas policiais da imprensa baiana eram capoeiras. Seu argumento é que essas

tudo indica, que esta figura também pertencia ao mundo da desordem e da valentia, tornou-se conhecida na imprensa depois do episódio que narro a seguir:

Pedro fora buscar uma mala com utensílios domésticos pertencentes a Maria dos Santos, inquilina de Francisca dos Santos, vulgo “Chicão”. Chegando a casa desta, **Pedro empurra logo a porta**, e depara com “Chicão” em trajes menores. Não se incomoda e procura apanhar a bagagem.

A “mulherzinha” não se conforma. Ofende a Pedro. Este não fica atrás. Trocam-se insultos. E **Chicão, num gesto rápido, pega um pau, acariciando a cabeça de “Porreta”, que ficou ferido.**<sup>57</sup>

Para justificar a “surra”, o jornalista escreve que Pedro devido ao “uso frequente de álcool foi se amofinando, e hoje é um doente de epilepsia”.<sup>58</sup> Parecia inadmissível um homem apanhar de uma mulher. Nesta notícia, a doença e a debilidade física de Porreta parecem justificativas para esclarecer a surra,

---

mulheres possuíam os mesmos comportamentos de valentia, insubordinação, ousadia e desobediência dos homens eleitos pela historiografia como “verdadeiros capoeira” nas primeiras décadas do século XX. Foltran também identificou indícios do que chamou de “cultura da capoeiragem” nas trajetórias delas, a exemplo de golpes, armas e tatuagens que traziam no corpo. A autora questionou os caminhos metodológicos da historiografia da capoeira baiana que não analisou de modo crítico as memórias dos velhos mestres que só lembravam da presença de homens na antiga capoeiragem. Seu trabalho, sem dúvida, conseguiu demonstrar que o mundo da capoeiragem desta época também pertencia às mulheres. Todavia, como afirmei em trabalho anterior, em função de a palavra capoeira, seus derivados e golpes específicos desta luta serem raros nesta documentação jornalística e também em processos crimes na capital da Bahia deste período, era muito difícil conseguir diferenciar capoeiras de pessoas em geral taxadas de “desordeiras” nestas fontes. DIAS, Adriana. *Op. Cit.*, p.33. Mas, repito, já havia mulheres que praticavam capoeira em Salvador na Primeira República, um bom exemplo é a lavadeira Maria Elisa do Espírito Santo, que em 1900, que se atacou um comerciante com “em gestos de quem joga capoeira” e que durante muito tempo teve sua história negada neste universo da vadiagem. Para consultar esse processo ver: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Processo crime de Manoel Santana, Ano 1900, códice 215/13/5. Em relação a Chicão, é indicativo da prática da capoeira, ela ser uma mulher valente, insubordinada e famosa, no mundo da desordem, por bater em homem, mas não posso afirmar isso de modo taxativo, pois as evidências encontradas ainda não são suficientes.

<sup>57</sup> IHGB. Jornal O Estado da Bahia. 29.08.1935 (Grifo meu).

<sup>58</sup> IHGB. Jornal O Estado da Bahia. 29.08.1935.

provavelmente, sugerindo a perda de sua virilidade. Dessa forma, estaria explicado porque ele se tornou vulnerável a uma mulher.

Este episódio foi analisado por diferentes historiadoras/es da capoeira baiana.<sup>59</sup> Ao interpretar o fato de Pedro Porreta ter apanhado de uma mulher, Frede Abreu, pioneiro das pesquisas sobre o tema, parecia tão perplexo quanto o jornalista que registrou em 1935 a notícia do valentão que apanhou de uma mulher. Ambos não conseguiam admitir uma mulher bater em um homem. Em sua análise, o pesquisador conclui que este acontecimento significou o “sinal de recolhimento histórico dos valentões – capoeiras que fizeram nome e glória na Bahia durante as duas primeiras décadas deste século [XX]”, fazendo alusão às transformações que a capoeira vinha sofrendo nos anos 1930.<sup>60</sup> O mais comum, sem dúvida, e aceito na sociedade baiana da década de 1930, eram mulheres sendo espancadas, agredidas e estupradas por homens, especialmente aquelas vistas como desonestas.<sup>61</sup> Entretanto, como demonstraram Rachel Soihet e Paula Foltran, esse tipo de atitude não era algo assim tão raro, pois muitas delas também agrediram homens.<sup>62</sup> Algumas vezes reagiam com violência às agressões físicas e às falsas acusações de infidelidade de seus homens,<sup>63</sup> mas em outras se opunham à prisão usando sua força contra policiais, ou, simplesmente, brigavam ou investiam contra seus companheiros, amantes,

---

<sup>59</sup> ABREU, *Op. Cit.*; OLIVEIRA, No Tempo dos Valentos...*Op. Cit.*, FOLTRAN, *Op. Cit.*

<sup>60</sup> ABREU, Frede, *Op. Cit.*, p.17.

<sup>61</sup> SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: **mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. **Proj. História**. São Paulo, 2002, (25), dez., pp. 269-289. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10592/7882>>. Acesso em 13.10.2021. FILHO FERREIRA, Alberto Heráclito. *Op. Cit.*; ASSIS, Nancy S. S. de. *Op. Cit.* SANCHES, Ma. Aparecida. *Op. Cit.*

<sup>62</sup> Rachel Soihet analisou processos envolvendo mulheres no Rio de Janeiro que reagiram com violência às agressões físicas e às falsas acusações de infidelidade de seus homens. SOIHET, Rachel. *Artigo Citado*.

FOLTRAN, *Op. Cit.* A autora também encontrou várias notícias de mulheres que agrediram homens em Salvador nas primeiras décadas do século XX.

<sup>63</sup> SOIHET, Rachel. *Artigo Citado*.

colegas de trabalho, capoeiras, vizinhos, entre outros,<sup>64</sup> o que significa que o corpo feminino não era apenas o lugar da violência e da passividade, mas também da resistência e da valentia.

Chicão foi caracterizada como quem “não é costumada[sic] a levar desaforo para casa”.<sup>65</sup> É interessante observar que essa mesma expressão foi usada pelo jornal *O Imparcial* para descrever o comportamento de Pedro Porreta.<sup>66</sup> O que quer dizer que tanto um quanto outro, frente a situações de perigo, insulto ou violência, não se acovardavam, mas reagiam com força, valentia e coragem. A diferença é que este tipo de atitude em geral era esperado dos homens e a eles atribuído, enquanto sobre as mulheres pairava o estereótipo de fragilidade, submissão e passividade,<sup>67</sup> por mais que a realidade fosse bem diferente, como já revelou uma vasta historiografia sobre as mulheres no Brasil.<sup>68</sup> Com Chicão não foi diferente. Quando Pedro Porreta invadiu sua residência e a encontrou em “trajes menores”, Chicão não aceitou a ousadia e desrespeito e, depois de trocarem insultos, ela não pensou duas vezes e agiu de forma violenta, pegou um pedaço de pau e lhe bateu na cabeça,

---

<sup>64</sup> BCEB, Diário de Notícias, 13.12.1911, 01.08.1913 e 28.07.1913. IHGB, A Tarde, 26.10.1931, 10.04.1931 e 25.06.1931. Para ter acesso a outras notícias de mulheres brigando ou agredindo homens em Salvador neste período, ver: FOLTRAN, *Op. Cit.*; ARAS, Lina, OLIVEIRA, Josivaldo. Artigo Citado; OLIVEIRA, Josivaldo P. de, LEAL, Luiz. *Op. Cit.*

<sup>65</sup> IHGB, O Estado da Bahia, 29.08.1935.

<sup>66</sup> BCEB, O Imparcial, 10.09.1935.

<sup>67</sup> ASSIS, *Op. Cit.*, pp.89-90. Principalmente ao analisar processos crimes motivados por vingança ou difamação, a historiadora pôde observar o quanto a virilidade masculina era um atributo muito disseminado como valor social entre os homens das camadas populares soteropolitanas entre 1890-1930. Rachel Soihet também explica que as teorias médicas difundidas durante o século XIX defendem a força física como característica dos homens por razões biológicas. Por outro lado, asseguravam que a fragilidade era própria das mulheres. SOIHET, Rachel. Artigo citado, p.280. Como disse, anteriormente, Adriana Luz, em sua dissertação de mestrado sobre “Discursos sobre o corpo feminino”, também afirmou que o estereótipo da fragilidade do sexo feminino estava presente nos discursos médicos da capital da Bahia nas primeiras décadas do século passado. LUZ, Adriana. *Op. Cit.*, p.4-5, p.97.

<sup>68</sup> Há décadas esta historiografia vem revelando dimensões do comportamento de mulheres em diferentes cidades do Brasil que desde o Oitocentos se contrapõem a um padrão de feminilidade associado à submissão e fragilidade: DIAS, Maria Odila L. da. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Ed. Brasiliense. 2ª Ed., 1995; RAGO, Margaret. *Op. Cit.*; SOIHET, Rachel. *Op. Cit.*, FERREIRA FILHO, *Op. Cit.*; SANCHES, *Op. Cit.*; FOLTRAN, *Op. Cit.*

atingindo também seus rins.<sup>69</sup> Ela não foi nada passiva à atitude de Porreta, não se submeteu a sua violência, ao contrário, Chicão se impôs, defendeu seu território, usando da violência e mostrou a Porreta e a todos que assistiram à cena quem mandava ali. Seus atributos de masculinidade, ou melhor, assim entendidos na época, não estavam apenas no seu apelido e aparência física, mas se estendiam ao seu comportamento.

Segundo os jornais, essa surra resultou na morte de Pedro uma semana depois.<sup>70</sup> “[...] Pedro Porreta morreu. Morreu em consequência de umas pancadas que lhe dera uma mulher. “Chicão”, **mulher acostumada a bater em homem...** Mas Pedro Porreta, antigamente, brigava com dez homens.”<sup>71</sup> Entretanto “Pedro Porreta apanhou de “Chicão”. E morreu”.<sup>72</sup> O jornalista parecia querer justificar a ironia de um valentão que foi morto pelas mãos de uma mulher, explicando que “os tempos mudaram. Pedro mudou também. Ficou tímido, sem coragem”.<sup>73</sup> No fundo apela-se para a não normalidade da virilidade de Pedro. É como se sua masculinidade não estivesse plenamente à sua disposição, ao passo que Chicão, caracterizada enquanto “mulher acostumada a bater em homem”, parecia estar com a virilidade à flor da pele. Enquanto Pedro Porreta era de algum modo ridicularizado, se reforçava o estereótipo de Chicão de ser uma mulher masculinizada, muito mais próxima de um homem que de uma mulher. Contudo, sendo do sexo feminino, ao mesmo tempo era estigmatizada por ter tido a ousadia de bater em um homem. Apanhar de mulher era considerado um insulto às masculinidades<sup>74</sup> e pode ser interpretado como uma fissura nas formas de dominação masculina e patriarcal, a exemplo do uso da violência para garantir a submissão feminina.

---

<sup>69</sup> IHGB, O Estado da Bahia, 29.08.1935. BCEB, O Imparcial, 06.09.1935.

<sup>70</sup> BCEB, Diário de Notícias, 06.09.1935. BCEB, O Imparcial, 06.09.1935. Fundação Biblioteca Nacional, O Imparcial, 10.09.1935.

Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/720933/770>>. Acesso em 27.12.2022.

<sup>71</sup> Fundação Biblioteca Nacional, Jornal O Imparcial 10.09.1935. (Grifo meu)

Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/720933/770>>. Acesso em 27.12.2022.

<sup>72</sup> Ibidem.

<sup>73</sup> Ibidem.

<sup>74</sup> FOLTRAN, *Op. Cit.*, p.151.

Mesmo sendo estereotipada como uma mulher, supostamente, masculina, Chicão também foi chamada nos jornais de “mulherzinha”<sup>75</sup> e “figura muito conhecida no mulhério de vida airada”<sup>76</sup>, termos feminilizantes que a associavam ao mundo da prostituição, complexificando ainda mais, portanto, as representações de gênero elaboradas sobre suas práticas. É interessante observar que na imprensa o termo “vida airada”, usado de modo pejorativo para se referir apenas às mulheres acusadas de prostituição, não parecia ser utilizado para desqualificar homens dos segmentos populares.<sup>77</sup> Todavia, no dicionário dos anos 1920, não localizei a expressão “mulher de vida airada”, mas a palavra “airado”, no masculino apenas, significava um sujeito: “[...] leviano, solto, livre, extravagante: homem de vida airada. // andar na vida airada [...], ser vadio, passeante [...] homem vadio, arruador. [...]”.<sup>78</sup> Pode-se entender melhor agora os significados da expressão que depreciava a imagem de mulheres pobres associando-as ao universo da prostituição.

Primeiramente, em 1904, ao comentar o Código Penal de 1890, o jurista Oscar Macedo Soares alega que “no sentido legal **toda mulher exclusivamente meretriz é vagabunda**” e deveria ser punida à luz do artigo 399 que criminaliza a vadiagem e no caso de reincidência pelo artigo 400 do código vigente.<sup>79</sup>

---

<sup>75</sup> IHGB, O Estado da Bahia, 29.08.1935.

<sup>76</sup> BCEB, O Imparcial, 06.09.1935.

<sup>77</sup> SANTANA, Nélia, *Op. Cit.*, p.100. De acordo com Nélia de Santana, “rameira”, “horizontal”, “marafona”, “mulher de vida airada”, “borboleta” “decaída” eram epítetos que traduziam naquela época uma identidade maculada, indicando o caráter pejorativo imputado às prostitutas”. Em minhas pesquisas nos jornais das primeiras décadas do século XX, não localizei nenhuma notícia se referindo aos homens de vida airada, apenas mulheres.

<sup>78</sup> AULETE, Francisco J. Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Lisboa: Tipografia da Parceria Antonio Maria Pereira, 2ª. Edição atualizada, 1º Volume, 1925, p.69. É interessante notar que em minhas pesquisas na imprensa não encontrei a expressão desqualificar os homens do povo.

<sup>79</sup> Código penal da República dos Estados Unidos do Brasil / Oscar de Macedo Soares; prefácio de Humberto Gomes de Barros. — Ed. fac-similar. — Brasília: Senado Federal: Superior Tribunal de Justiça, 2004, p.768. Disponível em [www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496205/000689665.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496205/000689665.pdf). Acesso em 07.10.2023. Esta obra corresponde à reprodução da sua sétima edição que foi publicada em 1910, um ano antes do falecimento do seu autor.

Segundo essa legislação seu crime seria prover “a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestadamente ofensiva da moral e dos bons costumes, ainda que tenha domicílio certo”.<sup>80</sup> Assim aquelas mulheres vistas como prostitutas, a exemplo de Chicão, eram, aos olhos do jurista, consideradas vadias. É possível que esta visão tenha se popularizado e por isso meretrizes fossem chamadas de “mulheres de vida airada” nos jornais. Além disso, enquanto “arruador” era sinônimo de vadio,<sup>81</sup> “arruadeiras” denotava “mulheres que andavam muito pelas ruas// Rameiras, meretrizes”<sup>82</sup>, o que também permite que se interprete a expressão “vida airada” como uma referência à vida pública dessas mulheres, que não se restringiam à desejada vinculação entre mulheres e mundo doméstico e interno, algo que os discursos hegemônicos e republicanos reprovavam. A vida airada é a vida pública, externa, não doméstica e sem controle patriarcal e familiar. Uma vida, de alguma forma, mais livre, e liberta da moralidade e dos bons costumes burgueses. Vale lembrar que, embora o Código Penal republicano não tenha criminalizado a prostituição, meretrizes ou mulheres vistas como desonestas eram vigiadas e reprimidas pela polícia por representarem uma ameaça à saúde física e à moralidade das famílias e também do espaço público.<sup>83</sup> Por outro lado, a prostituição era tolerada a fim de preservar a honra das “moças de família”.<sup>84</sup>

O incipiente desenvolvimento industrial da cidade de Salvador nas primeiras décadas republicanas e a ausência de um mercado de trabalho formal, que pudesse incorporar as mulheres

---

<sup>80</sup> Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, 1890, Artigo 399. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D847.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm)impressao.htm. Acesso em 30.04.2024. Como explica Nélia de Santana, a prostituição não foi criminalizada pelo Código Penal Republicano, mas as meretrizes ou mulheres acusadas de serem prostitutas podiam ser enquadradas no artigo 399, por crime de vadiagem e no artigo 28, que se refere ao crime de atentado contra o pudor. SANTANA, *Op. Cit.*, p.51.

<sup>81</sup> AULETE, Francisco J. Caldas. Dicionário citado, 1º Volume, p.216.

<sup>82</sup> *Ibidem*.

<sup>83</sup> SANTANA, Nélia de. *Op. Cit.*, p.51.

<sup>84</sup> Sobre a prostituição como uma ameaça à saúde pública e aos bons costumes, mas, simultaneamente, uma espécie de mal necessário ver: FERREIRA FILHO, *Op. Cit.*, p. 78-88.



pobres, tornaram árdua a luta pela sobrevivência para este grupo social.<sup>85</sup> Das diferentes ocupações exercidas pelas mulheres, estava também a prática do meretrício.<sup>86</sup> O caráter comercial e portuário da cidade contribuiu para a profissionalização dessa atividade, tornando-se um tipo de trabalho remunerado para um grande número de mulheres das camadas populares.<sup>87</sup> De acordo com Nélia de Santana, tudo indica que a maioria das meretrizes era negra e mestiça, o que não significa que não houvesse brancas.<sup>88</sup>

Embora seja importante considerar que mulheres pobres com comportamentos avessos às normas burguesas hegemônicas de feminilidade pudessem ser confundidas com meretrizes,<sup>89</sup> existem evidências circunstanciais de que Chicão pertencia ao universo da prostituição.<sup>90</sup> Quando Pedro Porreta invadiu sua casa, ela morava na rua 28 de setembro “onde estava localizado o meretrício e sede de constante desordem”.<sup>91</sup> Nos anos 1930, uma das ações públicas de modernização da capital foi confinar a prostituição a algumas regiões da cidade.<sup>92</sup> Um deles foi o logradouro, anteriormente, citado, também conhecido por rua do Tijolo que se tornou “o principal assentamento de mulheres de vida airada”.<sup>93</sup> Mas desde o começo do século já havia pensões onde cafetinas e “*cáfrens* exerciam a prática do lenocínio” nesta localidade e na rua Carlos Gomes,<sup>94</sup> outro local onde Chicão morou poucos anos antes.<sup>95</sup> Para Aras e Oliveira, pode-se deduzir

---

<sup>85</sup> FERREIRA FILHO, Op. Cit., pp.33-34.

<sup>86</sup> Para saber as principais atividades exercidas pelas mulheres em Salvador, ver a tabela feita pelo historiador com base censo de 1920. FERREIRA FILHO, Op. Cit. p.35.

<sup>87</sup> SANTANA, Nélia de. Op. Cit., p.5.

<sup>88</sup> SANTANA, Nélia de. Op. Cit., p.5.

<sup>89</sup> MENDONÇA, Carolina Silva Cunha de. **Marias sem glória: retratos da prostituição feminina em Salvador nas primeiras décadas republicanas**, Dissertação de mestrado (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 2014, p.101

<sup>90</sup> É o que defende Lina Aras e Josivaldo de Oliveira. ARAS, Lina; OLIVEIRA, Josivaldo. Artigo citado, p.170.

<sup>91</sup> IHGB, Estado da Bahia, 29.08.1935.

<sup>92</sup> SANTANA, Nélia, Op. Cit., p.65.

<sup>93</sup> Diário da Bahia, 05.06.1935 apud. SANTANA, Nélia, Op. Cit., p.69.

<sup>94</sup> Diário da Bahia, 14.03.1914 apud. SANTANA, Nélia, Op. Cit., p.41.

<sup>95</sup> APEB, Seção Republicana. Penitenciária, Departamento de Polícia Preventiva: cx. 43, pac.3 apud. ARAS, Lina; OLIVEIRA, Josivaldo. Artigo citado, p.170.

que Chicão, além de meretriz, era “dona de casa de prostituição”.<sup>96</sup> Conforme alegam, em 23 de abril de 1930, Chicão foi presa por violência contra uma “companheira de casa”.

O Senhor administrador da Casa de Detenção:

Recolha a esse presídio a minha ordem e disposição a decaída Francisca Albino (vulgo Chicão) por motivo de mesma haver espancado a uma sua companheira de casa, a rua Carlos Gomes, 24, neste distrito.<sup>97</sup>

Os argumentos dos historiadores citados são de que a “companheira de casa” espancada por Chicão correspondia a uma das mulheres que trabalhava em sua casa de prostituição e que “casa” neste contexto se referia a este tipo lugar e não apenas uma residência familiar.<sup>98</sup> Neste documento, ela é chamada de “decaída”, denominação que era outro sinônimo de prostituta, em geral de idade mais avançada. A casa de Chicão na rua 28 de setembro também era uma residência coletiva com diversos moradores, que inclusive assistiram à cena da sua briga com Pedro Porreta. Uma delas era sua inquilina, o que corrobora com a ideia de que Chicão fosse uma cafetina. Um novo indício do envolvimento de Francisca com o mundo do meretrício é a ocorrência policial analisada por Nélia de Santana em que Francisca Albina dos Santos, nome verdadeiro de Chicão, foi uma das testemunhas do suicídio de uma colega sua, também meretriz, chamada Eunice Miranda, que era amante do comerciante Nelson de Oliveira. A autora narrou que Chicão disse em depoimento à polícia que, após uma forte discussão entre o casal, sua amiga lhe disse que “não o queria mais e nem a homem nenhum e que Nelson poderia ficar para a noiva”, mas logo após se matou com

---

<sup>96</sup> ARAS, Lina; OLIVEIRA, Josivaldo. *Op.Cit.*, p.170. Acrescento a possibilidade de Chicão ser proprietária da casa onde alugasse cômodos para o exercício do meretrício. Em ambos os casos ela poderia ser enquadrada no crime de lenocínio que corresponde aos artigos 277 e 278 do Código Penal de 1890.

<sup>97</sup> APEB, Seção Republicana. Penitenciária, Departamento de Polícia Preventiva: cx. 43, pac.3 apud. ARAS, Lina; OLIVEIRA, Josivaldo. *Op.Cit.*, p.170.

<sup>98</sup> ARAS, Lina; OLIVEIRA, Josivaldo. *Op.Cit.*, p.170.

um tiro na cabeça no quintal da pensão de mulheres onde morava na rua Carlos Gomes.<sup>99</sup> Esta pensão podia pertencer a Chicão.

Ainda que este episódio ocorrido entre Chicão e Pedro Porreta tenha sido analisado, anteriormente, um elemento que passou despercebido nestes trabalhos foi que Pedro Porreta invadiu a casa de Chicão com objetivo de “buscar uma mala com utensílios” de uma das inquilinas de Francisca cujo nome era Maria dos Santos.<sup>100</sup> Quem era Maria dos Santos? Seria ela uma das prostitutas que alugava quarto na pensão de Chicão? Qual seria a relação entre Pedro Porreta e Maria? O que sua mala estava fazendo dentro dos aposentos de Chicão e não no cômodo que ela alugava? Será que Pedro Porreta teria ido apenas buscar a mala ou também estava atrás de Maria? Por que Pedro Porreta simplesmente não bateu à porta de Chicão? Qual seria a razão de ter invadido sua casa com tamanha agressividade para buscar a mala de uma de suas inquilinas?

Este não foi a primeira vez que Pedro Porreta agiu de modo violento com uma mulher. Em 1931, Pedro Porreta havia sido processado por espancar Josepha, sua amásia, que estava no bar bebendo ao invés de lavar sua roupa.<sup>101</sup> Talvez naquela ocasião ele fosse amante ou cliente de Maria dos Santos que, provavelmente, era uma das meretrizes que alugava um cômodo na casa de Chicão. Pedro deve ter ido aos aposentos de Chicão atrás de Maria e não apenas de sua mala, querendo forçá-la a ficar com ele, algo comum no mundo da prostituição. Nélia de Santana analisa em sua dissertação diversos casos de violência de homens contra prostitutas, por ciúmes, impossibilidade de controle sobre a mulher amada, ou, simplesmente, pela “ideia de que mulheres que andam a procura de homens para ganhar dinheiro não deveriam impor limites aos desejos masculinos.”<sup>102</sup> Algumas vezes os homens chegavam a usar da força para realizar suas

---

<sup>99</sup>APEBA, Seção Judiciária, Inquérito policial, 1929, p.6 apud. SANTANA, Nélia de. *Op. Cit.*, p.24. Infelizmente até agora não foi possível localizar a fonte original.

<sup>100</sup> IHGB, Estado da Bahia, 29.08.1935.

<sup>101</sup> APEB, Processo crime de Pedro Celestino dos Santos (réu). Ano 1931, código 210/220/01.

<sup>102</sup> SANTANA, Nélia. *Op. Cit.*, p. 26.

vontades, sem o consentimento dessas mulheres.<sup>103</sup> Era comum elas reagirem com violência às ameaças e agressões sofridas.<sup>104</sup> Neste caso, ao que parece, foi Chicão quem defendeu Maria dos Santos, atacando Porreta, que, muito provavelmente, não levou a “mala com utensílios” que fora buscar. Há evidências de que Chicão tenha trabalhado como meretriz e possuíse uma casa de prostituição. É possível que ela fosse uma das cafetinas da Sé que explorava o meretrício ou que apenas alugasse quartos para o seu exercício, e, ao mesmo tempo, protegia de seus algozes as prostitutas que trabalhavam em sua casa.<sup>105</sup> Será que Chicão e Pedro Porreta tinham rixas antigas e disputavam poder no distrito da Sé? Talvez a fama de ser mulher que gostava de bater em homem era porque ela performava o papel de defensora das meninas, que moravam em sua propriedade, dos homens valentões, como Porreta, clientes que lá frequentavam. Outra possibilidade é que Chicão tenha apreendido a mala de Maria por ela ter dado um calote no aluguel que não era nada barato nesta região da cidade.<sup>106</sup> Sendo Pedro Porreta uma espécie de mandante local ou que assim se sentisse<sup>107</sup>, ele poderia ter ido à casa de Chicão buscar a mala de Maria à força. As poucas fontes que existem sobre o caso não me permitem afirmações conclusivas, mas faço apenas algumas conjecturas, já que não localizei nenhum processo crime de tentativa de homicídio ou lesão corporal envolvendo Chicão e Pedro Porreta, nem mesmo o inquérito policial, e só tive acesso a algumas matérias de jornal sobre o caso.

Mas voltando aos atributos de masculinidade de Chicão – mulher com apelido masculinizado, que batia em homem e tinha o corpo do mesmo quilate de Pedro Porreta - e ao fato do jornalista tê-la chamado de “rapariga” e “mulher de vida airada”, uma questão que me intriga: será que, no imaginário de diversos

---

<sup>103</sup> SANTANA, Nélia. *Op. Cit.* A autora afirma que não encontrou nenhuma evidência de punição desses agressores.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p.16. Muitas meretrizes andavam armadas para se defender dessas agressões.

<sup>105</sup> Sobre a relação complexa entre prostitutas e cáftens/cafetinas ver: SANTANA, Nélia, *Op. Cit.*, p. 50.

<sup>106</sup> FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito, *Op. Cit.*, p. 83.

<sup>107</sup> OLIVEIRA, No Tempo dos Valentões..., *Op. Cit.*, p.67. DIAS, *Op. Cit.*, p.110.

segmentos da sociedade baiana da época, era um paradoxo ser “prostituta” e uma mulher com características masculinas e viris? Talvez não completamente, se acompanharmos as ideias defendidas pelo médico criminalista italiano Cesare Lombroso, as quais exerceram uma grande influência entre médicos/as e juristas da Bahia e do Brasil nas primeiras décadas do século XX. Adriana Luz, que analisou teses da Faculdade de Medicina da Bahia entre 1890 e 1930, afirmou que “tais estudos muitas vezes extrapolavam a área médica e se tornavam representativos de um discurso geral das elites”.<sup>108</sup>

Lombroso parte do pressuposto de que as prostitutas e criminosas não podiam ser estudadas separadamente. Para ele, a virilidade, apesar de comumente associada à masculinidade, seria “subjacente ao tipo criminoso feminino; pois se o que procuramos numa mulher é sua feminilidade, quando encontramos seu oposto, podemos presumir, como regra, que se trata de uma anomalia”.<sup>109</sup> Algumas das criminosas (francesas, italianas e alemãs) analisadas são para ele “exemplos impressionantes, tendo corpos das mulheres, mas todo o ar dos homens brutais: a quem se assemelham, mesmo usando vestidos”.<sup>110</sup> Contudo, em suas pesquisas, a “fisionomia viril” apareceu como característica de 11,8% das delinquentes e apenas 4% das prostitutas.<sup>111</sup> A virilidade se apresentou menos comum entre as prostitutas do que entre as criminosas.<sup>112</sup> Apesar disso, ele afirma, por outro lado, que uma das peculiaridades das prostitutas era possuir “um tipo viril de rosto”.<sup>113</sup> Dentro do seu raciocínio, as anomalias eram menos visíveis nas prostitutas devido à beleza que caracterizava estas mulheres, especialmente, na juventude. Para Lombroso, a “arte dos truques”, do meio da prostituição, ajuda a disfarçar e ocultar os “traços degenerativos” que nas criminosas estão mais explícitos.<sup>114</sup> Dessa forma, de acordo com seu pensamento, pareciam ser raras as prostitutas masculinas do tipo de Chicão, o

---

<sup>108</sup> LUZ, Adriana de. *Op. Cit.*, p.13.

<sup>109</sup> LOMBROSO, Cesare e FERRERO, Guglielmo. *Op. Cit.*, p. 277.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p.264.

<sup>111</sup> *Ibidem*, p.252.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p.256.

<sup>113</sup> *Ibidem*, p.215.

<sup>114</sup> *Ibidem*, pp.269-270.

que não significa que estas mulheres não tivessem traços de virilidade, porque a questão estaria em uma dimensão oculta, em traços corporais e comportamentais mais escondidos.

Nise da Silveira, em sua tese pioneira sobre a criminalidade feminina no Brasil, não localizou nenhuma prostituta com traços de virilidade.<sup>115</sup> Apesar de Nise da Silveira da década de 1920 afirmar que a teoria do “tipo delinquente” de Lombroso já vinha sendo questionada e das críticas que ela própria fez ao médico criminologista,<sup>116</sup> não se pode negar o impacto de parte de suas ideias em seu trabalho de doutorado, quando ela associa criminalidade, degenerescência e hereditariedade.<sup>117</sup> Segundo a médica, os “estreitos laços de parentesco que unem criminalidade e degenerescência, revelam-se claramente pela existência em delinquentes de características estigmas somáticos e psíquicos, como também pela coincidência que tem sido constatada entre criminalidade e degeneração, na mesma família”.<sup>118</sup> Também é perceptível a influência de Lombroso quando a jovem doutora escreve que, “a título de curiosidade”, registrou “alguns dados antropométricos de criminosas detidas nesta capital”<sup>119</sup> e parece ter seguido algumas das diretrizes do médico criminologista para caracterizar as 22 mulheres detidas por ela observadas nas duas casas de detenção

---

<sup>115</sup> SILVEIRA, Nise M. da. *Op. Cit.*

<sup>116</sup> Segundo Nise da Silveira, “[...] o tipo delinquente tem sido duramente combatido. Falham muitas vezes as observações, e inúmeras criaturas honestas são portadoras de assimetrias não raro bem pronunciadas”. A seguir ela ressalta que “Lombroso encontrou o seu tipo delinquente com muito menor frequência entre as criminosas que entre criminosos”. SILVEIRA, Nise M. da. *Op. Cit.*, p.6 e p.44.

<sup>117</sup> A teoria da delinquência de Cesare Lombroso se apoia na teoria da degenerescência do médico psiquiatra francês Bénédict Augustin Morel, outra referência da tese de Nise da Silveira. Para entender melhor a relação entre degenerescência e a criminalidade feminina no discurso de Nise da Silveira ver: SANTOS, Bruna R. **As construções dos femininos nos discursos de Nise da Silveira 1926-1967**. Tese de doutorado (Doutorado em História. RJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2021. Capítulo 1.

<sup>118</sup> SILVEIRA, Nise M. da. *Op. Cit.*, p. 13. Entretanto ela defende que não há traços fixos de degenerescência característicos de criminosos.

<sup>119</sup> SILVEIRA, Nise da. *Op. Cit.*, p.46. Conforme, Nancy ASSIS, chama atenção, é preciso considerar que os dados antropométricos, utilizados por Nise da Silveira, “já estavam registrados conforme modelos adotados pelas casas de detenção e penitenciárias”, ou seja, ao que tudo indica a médica não realizou a antropometria como técnica de pesquisa. ASSIS, Nancy. Artigo citado, p.276.

de Salvador e Maceió e na penitenciária em Recife. Em seu estudo, ela encontrou em Salvador duas detentas caracterizadas com traços de masculinidade, mas nenhuma delas parecia ser prostituta: Joaquina Rosa de Jesus e Bertholina Maria de Jesus. A primeira, acusada de ter sido cúmplice do assassinato de seu marido, era uma “mulata clara” que, conforme os registros de Nise da Silveira, tinha “fisionomia viril, malares e mandíbula proeminentes”.<sup>120</sup> A segunda, era “cabocla”, do “tipo másculo” e “mandíbula acentuadamente desenvolvida”, foi caracterizada de “homicida por cupidez”.<sup>121</sup> Ambas foram descritas pela médica a partir de seus “dados antropométricos”, destacando alguns aspectos que caracterizavam o “tipo criminal feminino” de Cesare Lombroso<sup>122</sup>, revelando dessa maneira a autoridade deste no âmbito das concepções médicas baianas. Nise da Silveira, no caso dessas duas mulheres, associou, indiretamente, o crime de homicídio cometido por elas ao que era considerado na época um “desvio”, poderíamos dizer uma anomalia de gênero - a virilidade - bem aos moldes lombrosianos.

Na narrativa do jornal *O Estado da Bahia* ficou evidente que Chicão usou da violência para se defender de Pedro Porreta que havia invadido sua casa para pegar a mala de sua inquilina, entretanto, isso não foi considerado pelas autoridades policiais. As ideias de fragilidade feminina não valiam para mulheres do seu tipo e o ocorrido foi enquadrado como conflito entre dois desordeiros, esvaziando qualquer unilateral movimento de reparação ou compensação social ou poder estatal-policial. Nota-se a seguir que, segundo esta notícia, as pessoas que moravam na casa de Chicão nada fizeram para defendê-la de Pedro Porreta e o guarda que efetuou a prisão dos dois também não. Chicão sabia que só podia contar com ela mesma e foi o que fez com sua valentia, força e a arma que tinha na mão:

---

<sup>120</sup> SILVEIRA, Nise M. da. *Op. Cit.*, p. 67.

<sup>121</sup> *Ibidem*, pp.75-76.

<sup>122</sup> Segundo Nise da Silveira “O núcleo do tipo criminal feminino de Lombroso é formado por caracteres de virilidade. [...] A criminosa, pelos seus caracteres craniológicos e fisionômicos, é muito mais masculina que a mulher honesta”. SILVEIRA, Nise. M. da. *Op. Cit.*, p.43-44.

Com gritos dos moradores na residência de “Chicão”, chega o guarda 393, que efetua a prisão dos contendores. São levados à presença do Delegado Tancredo Teixeira. Cada qual procura se defender **Chicão, soluçando e chorando, desculpa-se** na melhor forma. “Pedro Porreta”, olhando para a rival, diz: “Não seja **“obreira”**. **O dr. Tancredo vai dar uma lição em você. Bater em homem não é atribuição de mulher de sua marca**”. E o delegado [...] manda recolher os dois.<sup>123</sup>

Essa não deve ter sido nem a primeira, nem a última vez que Chicão precisou usar de coragem e força para se defender. É possível que este tipo de comportamento também tenha contribuído para ela ter sido apelidada de Chicão e ser vista como uma mulher de gênero impreciso. Chicão parece não ter resistido à prisão, suas armas foram outras. Ao chegar na delegacia, tudo indica que tentou se aproveitar do fato de ser do sexo feminino – visto como frágil, indefeso e sentimental – e na frente do delegado pediu desculpas a Pedro Porreta, “chorando e soluçando”, com a finalidade de se livrar da prisão. Como diria Roger Chartier, se trabalhasse o tema, ela deve ter incorporado e se reapropriado de normas de feminilidade, no caso da fragilidade – originalmente, instrumento da dominação masculina – como recurso utilizado para atingir seu próprio objetivo: garantir a sua liberdade.<sup>124</sup> Feminilizar-se, certas vezes, também podia funcionar como forma de lidar com os desafios do cotidiano.

Na delegacia, Pedro Porreta assistindo aquela cena e “olhando para a rival, diz: ‘Não seja ‘obreira’. O dr. Tancredo Teixeira vai dar uma lição em você. Bater em homem não é atribuição de mulher de sua marca”.<sup>125</sup> Essa fala atribuída a ele abre brecha para pensar que, apesar de ser mais comum homens agredirem mulheres e outros homens, algumas mulheres

---

<sup>123</sup> IHGB, O Estado da Bahia, 29.08.1935. (Grifo meu)

<sup>124</sup> CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. **Cadernos Pagu**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995, (4), pp. 40-41. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1761/1816>>.

Acesso em 10.11.2021.

<sup>125</sup> IHGB, O Estado da Bahia, 29.08.1935.



poderiam bater em homem, mas, para Pedro, não aquelas do tipo de Chicão. Quais seriam, para ele, as mulheres de sua marca? Que marcas seriam essas? Por que ela não podia bater em homem? Por não ser considerada uma mulher honesta e honrada? Quais seriam as mulheres que poderiam bater em homem? Aqui, mais uma vez, parece recair sobre Chicão o estigma da prostituição ou seria uma acusação de que ela fosse uma “mulher-homem”? São questões a serem pesquisadas. De todo modo, o delegado não fez distinção entre Chicão e Porreta que receberam o mesmo tratamento, e ambos foram presos, mesmo ele tendo invadido a casa dela, o que parece indicar que esses dois mundos masculino e feminino nem sempre faziam a diferença nas vidas das pessoas que pertenciam às camadas populares, sobretudo, entre os mais pretos. Quero dizer com isso que, embora os homens fossem vistos, dentro da lógica binária do Código penal, enquanto seres superiores em termos de força<sup>126</sup> e de Chicão ter agredido Pedro Porreta para se defender, os dois foram tratados como desordeiros e enviados ao cárcere sem nem ao menos poderem contar suas versões da história. É preciso considerar, como afirma Palafoz, que “as mulheres negras não estavam encobertas no guarda-chuva da categoria Mulher”.<sup>127</sup> Quanto mais mulheres como Chicão que possuíam características físicas e comportamentos associadas a pessoas do sexo masculino, como já argumentei.

#### “FRANCELLINA DE TAL, CONHECIDA POR COQUEIRO MACHO”

Vamos conhecer mais de perto Francellina, outra mulher com apelido masculino, que também foi acusada de ser uma “Desordeira Perigosa”. Segundo o *Diário de Notícias*, ela era mais conhecida pela alcunha de “Coqueiro Macho”. Na notícia, publicada no ano de 1910, que divulgava sua prisão por mau “procedimento”, não há nenhuma descrição a respeito de suas características físicas.<sup>128</sup> Mas analisando a conotação do primeiro nome de seu apelido – Coqueiro – poderíamos dizer que se referia a um homem “de porte alto”, como Chicão, pois corresponde a

---

<sup>126</sup> Código Penal de 1890 já citado.

<sup>127</sup> PALAFOZ, *Op. Cit.*, p. 73.

<sup>128</sup> BCEB, *Diário de Notícias*, 04.08.1910.

uma espécie de palmeira que pode crescer até 30 metros de altura, e magro, haja vista o tronco desta árvore não ser de proporções tão largas como uma mangueira, por exemplo.

Já o substantivo “macho”, conforme o dicionário da época, significava “Qualquer animal do sexo masculino [...] que é do sexo ou gênero masculino [...] vigoroso, forte, robusto: uma figura macha”, enquanto “masculino” seria aquele “que é do sexo varão ou dos animais machos [...] varonil, forte, energético, ativo, másculo, próprio do homem”.<sup>129</sup> Note-se que os adjetivos associados ao sexo masculino eram compreendidos como opostos às características hegemônicas atribuídas às mulheres. Dessa forma, não fosse público, Coqueiro Macho, com “M” maiúsculo, chamar-se Francellina, ninguém duvidaria, em uma sociedade estruturada em pressupostos binários de gênero, que se tratava de um indivíduo do sexo masculino, másculo, viril, forte, valente e heterossexual:

Em virtude de receber queixa contra o seu procedimento no mercado da Baixa dos Sapateiros, o sr, Capitão subdelegado do distrito de Nazareth fez ir à sua presença **Francellina de tal, conhecida por Coqueiro Macho, como disse chamar-se perante a mesma autoridade** que, sendo desrespeitada acementemente pela perigosa vendedeira de peixe, mandou-a para Casa de Correção, onde se acha recolhida.<sup>130</sup>

Conforme a narrativa jornalística, Francellina disse ao subdelegado do distrito de Nazaré que se chamava Coqueiro Macho. Se, através da documentação disponível sobre Chicão, não é possível ter certeza de que ela assumia o codinome, no caso de Coqueiro Macho pode-se afirmar com uma margem forte de contundência que ela adotava e preferia o apelido masculino no lugar de seu nome, o que parece anunciar que ela buscava reinventar sua identidade de gênero ao negar o nome feminino. Contudo, o jornalista, ao longo da narrativa, insiste em denominá-la de “Francellina de tal” se recusando a chamá-la pelo codinome. Enquanto Chicão, apesar de não haver nenhuma pista direta de

---

<sup>129</sup> AULETE, Francisco J. Caldas. *Op. Cit.*, 2º Vol., p.207 e p.255.

<sup>130</sup> BCEB, Diário de Notícias, 04.08.1910. (Grifo nosso)

que recusasse seu nome próprio, das quatro notícias localizadas sobre ela, em apenas uma o jornalista lembra que ela se chamava Francisca dos Santos.<sup>131</sup> Observe que, no caso de Coqueiro, a matéria do periódico, além de recusar seu apelido, também não se preocupava em saber seu sobrenome e a chama de “Francellina de tal”. Esta era uma das maneiras comumente usadas para se referir de forma pejorativa às mulheres pardas, negras e pobres.<sup>132</sup> Era um indicativo de classe e que trazia subentendido que elas não mereciam a menor consideração. Também é possível conjecturar que esse expediente linguístico desqualifica e/ou nega as relações de parentesco dessas pessoas, “sem sobrenome, sem família”, um “Zé” ou uma “Maria ninguém”. É importante ainda conjecturar que muitas dessas pessoas não informavam os seus sobrenomes (por razões variadas), e talvez muitas não tivessem portando documentos.

Coqueiro Macho trabalhava nas ruas como “vendedeira de peixe”, uma atividade realizada por mulheres negras pelo menos desde meados do século XIX,<sup>133</sup> porém vista como uma ocupação desabonadora da moral de uma mulher nas primeiras décadas da República, a começar pelo lugar onde era exercida. No caso de Coqueiro, é bem provável que o mercado Santa Bárbara, que ficava na Baixa dos Sapateiros, fosse um dos seus locais de trabalho, pois foi neste local onde a “peixeira” foi presa pela polícia.<sup>134</sup> Ou talvez ela tivesse ali um ponto fixo para comercializar o produto. Além de peixe fresco, neste mercado podia-se encontrar “mocotó”, “vísceras de boi” e uma variedade

---

<sup>131</sup> IHGB, O Estado da Bahia, 29.08.1935. BCEB, Diário de Notícias, 06.09.1935. BCEB, O Imparcial, 06.09.1935. Fundação Biblioteca Nacional, O Imparcial, 10.09.1935. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/720933/770>>. Acesso em 27.12.2022.

<sup>132</sup> Na imprensa de Salvador o termo “de tal” acompanha o primeiro nome de muitos homens e mulheres das camadas populares. Era uma alcunha usada com frequência para se referir de modo pejorativo a essas pessoas com o intuito de desqualificá-las.

<sup>133</sup> SOARES, Cecília. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n.17, 1996, p.62. Disponível em <<https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/view/20856>>. Acesso em 18.12.2022.

<sup>134</sup> Peixeira era outro termo usado para se referir às mulheres que compravam e vendiam peixe. AULETE, Francisco J. Caldas. Dicionário..., *Op. Cit.*, 2º vol., p. 498. Segundo Wetherell, em Salvador, em meados do século XIX, eram as “ganhadeiras peixeiras” que controlavam a venda à varejo do peixe que compravam diretamente dos pescadores. Sobre o assunto ver: SOARES, Cecília M. Artigo citado, 1996, p.62.

de comidas, que hoje são consideradas, tipicamente, baianas, a exemplo do “acarajé”.<sup>135</sup> Segundo a imprensa e seus olhares preconceituosos, lá funcionava uma espécie de “cozinha africana” onde “as pretas luzidias em camisas decotadas” ficavam com os “seios à mostra” enquanto cozinhavam e serviam seus clientes.<sup>136</sup> Nos primeiros dias de dezembro, neste mercado acontecia a festa de Santa Bárbara, com muita cachaça, batuque e capoeira.<sup>137</sup> Esses espaços de territorialidade negra, onde se comercializavam alimentos, eram desqualificados por jornalistas, médicos higienistas e políticos como sujos, fétidos e infectados.<sup>138</sup> Nada apropriado às “mulheres de família”.

Em 1914, dias antes da festa tradicional de Santa Bárbara, o jornal *A Notícia* publicou uma matéria parabenizando o diretor da higiene municipal, Dr. Amaral Muniz, por “mandar proceder rigorosa lavagem” e “desinfecção” naquele mercado que, segundo o jornalista, “é local mais imundo para os misteres a que se destina”.<sup>139</sup> Ele se referia à venda de comida. Os alvos de críticas dos reformadores não se restringiam às condições higiênicas dos produtos ou às estruturas física e sanitária dos mercados, mas se estendiam, principalmente, às mulheres que se dedicavam ao comércio de alimentos cujos costumes lembravam o passado africano e representavam o avesso do ideal de feminilidade pregado pelas elites.<sup>140</sup> Além de sujos, esses territórios também eram vistos como locais de desordem e criminalidade.<sup>141</sup>

Já é conhecida a bibliografia que atesta a forte presença das mulheres negras e pardas no pequeno comércio fixo ou ambulante nas ruas, praças e mercados em Salvador desde o

---

<sup>135</sup> BCEB, Diário de Notícias, 04.08.1910.

<sup>136</sup> BCEB, Diário de Notícias, 04.08.1910.

<sup>137</sup> DIAS, Adriana. *Op. Cit.*, p.41.

<sup>138</sup> FERREIRA FILHO, Alberto. *Op. Cit.*, p.106-108.

<sup>139</sup> Fundação Biblioteca Nacional, *A Notícia*, 02.12.1914. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/720160/394>. Acesso em 18.12.2022.

<sup>140</sup> FERREIRA FILHO, *Op. Cit.*, p.94.

<sup>141</sup> MATTOS, *Op. Cit.*; FERREIRA FILHO, *Op. Cit.*; OLIVEIRA, *No Tempo...*, *Op. Cit.*; DIAS, *Op. Cit.*

Oitocentos.<sup>142</sup> De acordo com Alberto Ferreira Filho, os registros quantitativos das fontes oficiais não trazem dados que possibilitem evidenciar a participação das mulheres neste tipo de atividade.<sup>143</sup> No entanto, a este respeito, afirma que “já abundam informações de uma ampla literatura histórica, nas gravuras e fotos de época, nos trabalhos dos folcloristas, em jornais e na tradição oral”.<sup>144</sup> Dessa forma, mercados públicos como o da Baixa dos Sapateiros, tão criticados pelas elites, para mulheres afrodescendentes, pobres e trabalhadoras consistiam em ambientes de sociabilidade, divertimento e muito trabalho.

É preciso lembrar que, embora mulheres dos segmentos populares tenham se fixado nas ruas, praças e mercados em busca de seu sustento, nas primeiras décadas do século XX, os espaços públicos eram considerados lugares de privilégio masculino. Nesse sentido, as vendedeiras, quituteiras e fateiras disputavam, diariamente, esses territórios com os homens e estavam sujeitas a uma série de violências, conflitos, pressões sociais e assédios.<sup>145</sup>

Assim, o espaço da rua tinha significados ambíguos para mulheres trabalhadoras, eram espaços de sobrevivência e solidariedade entre iguais, mas também de violência.<sup>146</sup> Acrescento que ruas e mercados públicos ainda correspondiam a espaços de resistência e afirmação dessas mulheres. Há indícios de que em geral aquelas que trabalhavam no comércio de rua eram mulheres mais velhas porque precisavam de experiência<sup>147</sup> para conseguir impor respeito e lidar com diferentes situações de conflito, saber se defender da violência que vinha de muitos lados e criar estratégias de mostrar aos homens que a rua também pertencia a elas.

Não há informações sobre a faixa etária de Coqueiro Macho. Ela não era chamada nem de “tia” e nem de “mãe”, uma forma de se referir às mulheres mais velhas que trabalhavam no

---

<sup>142</sup> SOARES, Cecília. Mulher Negra..., *Op. Cit.*, FERREIRA FILHO, *Op. Cit.* BACELAR, Jeferson, **A Hierarquia das Raças: negros e brancos em Salvador**. RJ: Pallas, 2008, p.66-67.

<sup>143</sup> FERREIRA FILHO, *Op. Cit.*, p.43.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p.40.

<sup>145</sup> SANCHES, *Op. Cit.*, p.153.

<sup>146</sup> SANCHES, *Op. Cit.*, p. 152.

<sup>147</sup> *Ibidem*, pp. 152-153.

comércio de rua.<sup>148</sup> Mas, segundo a notícia de jornal, ela era uma “perigosa vendedeira”. Portanto, suas atitudes e formas de agir deviam intimidar algumas pessoas o que pode ser entendido como umas das estratégias usadas por ela para se impor naquele ambiente dominado pelos homens. Será que o uso do apelido Coqueiro Macho também seria uma ferramenta para se afirmar naquele meio hostil às mulheres e se proteger das violências de gênero, classe e raça que estava sujeita?

O jornalista não fez uma descrição física detalhada de Coqueiro Macho para saber se ela era do “tipo másculo” igual a Bertholina ou de “fisionomia viril” como Joaquina, detentas pesquisadas por Nise da Silveira. Mas tudo indica que ela era uma mulher viril e seu codinome é o primeiro indício disso, algo compatível com o tipo de documento periódico que veiculava as notícias sobre ela. Diferente de Chicão, termos feminilizantes não foram a ela atribuídos na única notícia até agora localizada (ou ele – é difícil saber que pronome usar, pois teríamos que ter mais documentos), com exceção de seu nome “Francellina de tal”.<sup>149</sup> Optei pelo uso do pronome no feminino acompanhando a fonte. Ela foi chamada de “Desordeira Perigosa”, “perigosa vendedeira de peixe” e “useira e vezeira de bravatas”, o que atribui a ela o costume de fazer ameaças e agir de modo bruto, áspero e violento.<sup>150</sup> Com todos esses elementos de virilidade, numa ótica lombrosiana, Coqueiro seria mais homem que mulher. É importante que estas ideias ultrapassadas e preconceituosas da época não se confundam com o argumento que estou desenvolvendo aqui. Primeiro, ao negar seu nome, Francellina, Coqueiro parecia de fato não estar se identificando com o gênero feminino. Segundo, as atitudes e comportamentos atribuídos a Coqueiro Macho são mais um indício de que aquilo que é lido como masculinidade não pertencia apenas aos homens, não por questões genéticas ou anatômicas, mas como maneiras de estar, interagir e reagir ao mundo desigual. Entre outros desafios, poderiam ser escolhas limitadas aos contextos de sobrevivência e conflitos sociais.

---

<sup>148</sup> SANCHES, *Op. Cit.*, p.151.

<sup>149</sup> BCEB, Diário de Notícias, 04.08.1910.

<sup>150</sup> BCEB, Diário de Notícias, 04.08.1910.

No caso de Coqueiro Macho, fica claro que ela estava no seu ambiente de trabalho, no mercado da Baixa dos Sapateiros, onde vendia peixe, como já explorei, quando o capitão subdelegado foi à sua procura depois “de receber queixa contra o seu procedimento”.<sup>151</sup> Ela reagiu, desrespeitando sua autoridade e foi enviada para a Casa de Correção. Quem teria feito a queixa? O que Coqueiro teria feito de errado? Teria ela brigado com algum cliente que não quis pagar a conta? Será que disputava seu ponto de venda com outro peixeiro? Estaria ela, simplesmente, tomando uma cachaça em alguma barraca e foi acusada de vadiagem? Ou será que alguém se incomodou porque ela estava vestida de homem e costumava se comportar de modo que não correspondia aos padrões de feminilidade ditos dominantes?

Com a documentação até agora encontrada não é possível responder com precisão essas questões. De todo modo, na República era comum que pessoas dos segmentos populares sofressem prisão correccional que consistia em ser presa por ordem policial e enviada para ficar detida por algum tempo na Casa de Correção, sem que disso decorresse nenhum procedimento legal.<sup>152</sup> Este instrumento era muito usado por autoridades policiais para reprimir e prender aquelas pessoas cujos hábitos e comportamentos eram vistos como transgressores à ordem, sem instaurar processo crime. Na Bahia do pós-abolição, a prisão correccional estava direcionada às pessoas acusadas de crimes considerados menores tais como desordem, vadiagem, bebedeira e furto.<sup>153</sup> Na imprensa soteropolitana localizei diversas de notícias de mulheres e homens presas e enviadas para a Casa de Correção nas primeiras décadas do século XX.<sup>154</sup>

---

<sup>151</sup> BCEB, Diário de Notícias, 04.08.1910.

<sup>152</sup> MATA, Iacy M. Libertos na Mira da Polícia: Disputas em torno do trabalho na Bahia pós-abolição. **História Social**. Campinas, SP, n. 14/15, 2008, p.52.

Disponível em < <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/123/118>>. Acesso em 23.12.2022.

<sup>153</sup> BROMN, Alexandra K. *Op. Cit.*, p.71. OLIVEIRA, Henrique. “**Os gatunos agem à vontade**”: polícia, ciência e identificação criminal em Salvador, 1911-1922. Dissertação de mestrado (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 2020, p.139.

<sup>154</sup> BCEB, Diário de Notícias, 05.03.1910, p.5, 29.09.1910, p.5, 03.08.1911, p.5, 31.08.1911, p.3, 18.12.1911, p.3, 06.09.1912, p.2. Fundação Biblioteca Nacional, A

Foi o que ocorreu com Coqueiro Macho, no entanto, não foi fácil para o subdelegado efetuar a prisão de Coqueiro, pois ela o enfrentou bravamente o capitão subdelegado do distrito de Nazareth. “Francellina passou na referida autoridade uma formidável descompostura até a Casa de Correção onde descompôs também o administrador”, como escreveu o jornalista.<sup>155</sup> Ela parece ter feito de tudo para evitar o cárcere, afinal, ser presa, mesmo que apenas por alguns dias, devia ter um impacto tanto econômico quanto moral na sua vida, porque a impedia de trabalhar e ganhar o seu sustento para sobreviver e ainda a afastava de sua casa e de seus ambientes de sociabilidade. Ser presa ainda contribuía para reforçar sua imagem de desordeira e criminosa.<sup>156</sup> Coqueiro agiu de modo muito distante dos padrões de feminilidade das elites urbanas. Suas condições de vida exigiam isso. Dessa maneira masculinizar-se podia ser instrumento de resistência.

Coqueiro Macho também foi acusada de “espancar uma pobre mulher no mercado”. Uma possibilidade de análise é que a violência tenha sido o resultado de uma briga entre as duas e Coqueiro para se defender bateu na sua adversária. Suponho que o jornalista tenha usado o termo “espancar” para demonstrar o quanto ela se aproximava dos homens ditos delinquentes ao praticar tamanha violência contra uma mulher indefesa, reforçando seu estereótipo de “mulher-homem”. Outra hipótese que precisa ser melhor investigada é se a “pobre mulher” agredida por Coqueiro Macho era sua amásia. Digo isso porque a partir da

---

Notícia, 13.01.1915, p.3, disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/720160/592>>, acesso em 20.01.2024, A Notícia, 01.06.1915, p.3, disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/720160/1256>>, acesso em 20.01.2024, A Notícia, 11.10.1915, p.3, disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/720160/1888>>, acesso em 20.01.2024, A Manhã, 08.04.1920, p.1, disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/720151/16>>, acesso em 20.01.2024, A Capital, 12.10.1925, p.2, disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/721050/146>>, acesso em 20.01.2024 e A Capital, 12.10.1925, p.2 <<http://memoria.bn.br/DocReader/721050/146>>, acesso em 20.01.2024.

<sup>155</sup> BCEB, Jornal Diário de Notícias. 04.08.1910.

<sup>156</sup> Em PALAFOZ, *Op. Cit.*, pp. 89-90, a autora faz essa reflexão ao analisar o perfil ocupacional das mulheres negras presas por desordem, pensando, principalmente sobre a realidade das lavadeiras.



leitura de alguns trabalhos historiográficos sobre violência contra mulheres entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, observei que, quando a agressão era exercida por homens, o termo espancar era mais recorrente na documentação analisada.<sup>157</sup> Uma das motivações destas práticas de violência dos homens contra as mulheres era o desejo masculino frustrado de que o corpo feminino fosse sua propriedade e elas sujeitos passivos.<sup>158</sup> Teria sido este o caso de Coqueiro Macho? Será que ela espancou sua mulher por vê-la como posse e não conseguir exercer este poder? Coqueiro teria se apropriado de valores masculinos ditos predominantes e usado da violência para afirmar sua virilidade feminina? Ou simplesmente os valores e práticas associados às masculinidades não pertenciam apenas aos homens, mas também poderiam ser partilhados por mulheres como Coqueiro Macho?

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao que tudo indica, Coqueiro Macho e Chicão pareciam ser mais conhecidas por seus apelidos do que por seus nomes próprios e, provavelmente, os adotassem por não se identificarem com o gênero feminino, para se distinguirem das demais e isso resultasse em um certo prestígio no universo das ruas. Codinomes masculinos também podiam ser fruto de preconceitos sofridos por mulheres masculinizadas em uma sociedade heteronormativa. Por outro lado, esses apelidos, apesar de serem o resultado de estereótipos negativos que mulheres masculinizadas deviam carregar, também podiam ser por elas próprias ressignificados e usados de modo estratégico a seu favor, como forma de impor respeito no cotidiano das ruas e se proteger das violências de gênero. Ademais, se seguirmos as pistas de Joan W. Scott, estaríamos diante de momentos em que a própria categoria

---

<sup>157</sup> Cheguei a esta hipótese em conversas com o historiador Alessandro Bastos.

<sup>158</sup> SOIHET, Rachel. **O corpo feminino como lugar de violência**, Artigo citado, p.278

mulher estivesse em uma aberta contestação por parte de indivíduos do sexo feminino.<sup>159</sup>

As condições materiais de vida de mulheres afrodescendentes e pobres na cidade da Salvador Republicana,<sup>160</sup> como Chicão e Coqueiro Macho, sem dúvida, devem ter interferido diretamente em seus modos e costumes bravos, valentes e violentos – lidos na época como práticas de masculinidades. Estes comportamentos e atitudes eram fundamentais para que elas pudessem disputar o mercado de trabalho com homens e mulheres das camadas populares, defender seu ponto de venda, sua casa, sua família ou sua dignidade, resistir à prisão, atacar, enfrentar e se defender de indivíduos de diferentes grupos sociais, se proteger de práticas de violência diversas, enfim, garantir a sua sobrevivência neste universo injusto, hostil, racista e violento das ruas, sobretudo, para as populações negras.

Chicão e Coqueiro, provavelmente, eram mulheres, trabalhadoras e independentes, sem maridos ou amásios, pais ou outros familiares com quem pudessem contar em situações de conflito. Além disso, carregavam estigmas por sua cor, classe e por seu gênero visto como desviante. Neste sentido, masculinizar-se ou ser vista a partir da ambiguidade do binário ou não fazia parte das táticas e estratégias de luta pela sobrevivência de mulheres do povo e deve também ser entendido como um mecanismo de resistir às mazelas do cotidiano e afirmar-se no mundo das ruas. O que mostra que o processo de construção do gênero não está desconectado das condições materiais de vida dos sujeitos e suas lutas do dia a dia.

Por fim, uma última questão que quero abordar é se é possível, através da inter-relação entre apelidos masculinos, comportamentos transgressores e normatização dos papéis de gênero, refletir sobre as lesbianidades na primeira metade do século XX. Estou de acordo com a antropóloga Suely Messeder quando ela defende não haver, obrigatoriamente, uma

---

<sup>159</sup> SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução Christine R. Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1991, pp.1-35.

<sup>160</sup> FERREIRA FILHO, *Op. Cit.*; SANTANA, *Op. Cit.*, SANCHES, *Op. Cit.*, 2010.

continuidade entre gênero, sexo e desejo, ou melhor, uma relação necessária e absoluta entre esses aspectos.<sup>161</sup> Dessa maneira, a possível masculinização de Chicão e Coqueiro Macho não tem uma relação direta com sua sexualidade. Neste sentido, não posso afirmar se nossas personagens tinham desejos ou relações afetivo-sexuais com mulheres. Por outro lado, não posso negar a possibilidade de poderem ser transgressoras do campo da sexualidade heteronormativa e se relacionarem, afetiva e sexualmente, com mulheres ou até mesmo de serem mulheres que se fingiam de homens, um fenômeno que possui evidências de pesquisa desde a Bahia oitocentista.<sup>162</sup>

Do ponto de vista político, pesquisas sobre masculinidades alternativas às dominantes podem contribuir para uma melhor compreensão das relações de gênero e motivar mudanças sociais.<sup>163</sup> Pois elas permitem romper com a fixidez do binarismo de gênero e demonstram que as hierarquias entre gêneros podem assumir diferentes contornos. Neste artigo em particular tentei problematizar que nem sempre os homens ocupam o lugar de poder e as mulheres de vítimas, e os episódios analisados envolvendo Chicão e Coqueiro Macho deixam bem claro que outras configurações ou arranjos hierárquicos são possíveis.

Também procurei demonstrar que, através de pesquisas sobre masculinidades femininas, é possível lançar novas luzes à História das Masculinidades, demonstrando, como afirma Halberstam, que a “masculinidade não deve e não pode ser reduzida ao corpo masculino e seus efeitos”.<sup>164</sup> Estudos sobre masculinidades femininas em articulação com outras categoriais sociais podem ampliar as possibilidades para pensar como e por

---

<sup>161</sup> MESSEDER, Suely. A. Masculinidades em corpos femininos: uma articulação entre pesquisa e extensão no Estado da Bahia. **Revista Feminismos**, [s.l.], v. 3, n. 1, 2015, p.102. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30049/17779>>. Acesso em 09.10.2021.

<sup>162</sup> TELLES, Jocélio. “Incorrigíveis, afeminados, desenfreiados”: Indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, 1997, v.40, n.2, pp. 145-182.

<sup>163</sup> *Ibidem*, p.3.

<sup>164</sup> HALBERSTAM, *Op. Cit.*, p.1.

que os gêneros são construídos de uma forma e não de outra. Masculinidades são sempre múltiplas, plurais, variáveis, transbordantes e sujeitas a mudanças e, por isso, precisam ser reconhecidas enquanto construções feitas por mulheres, não como uma simples imitação do masculino, mas enquanto uma “masculinidade sem homens”.<sup>165</sup>

Ao abordar de modo crítico este tema que trata de configurações de gênero alternativas, sejam elas masculinidades femininas ou feminilidades masculinas, é fundamental que não se invente outro binarismo, entendendo masculinidade como sinônimo de poder e violência ou feminilidade como sinônimo de fragilidade e submissão. Configurações de gênero, que escapam ao padrão hegemônico, não devem ser entendidas como desviantes ou uma mera reprodução borrada do masculino ou feminino. Longe disso, “muitas vezes a união profana de feminilidade e masculinidade pode produzir resultados totalmente imprevisíveis”.<sup>166</sup>

Numa sociedade heteronormativa e heterocêntrica, o Estado, através de instituições como a polícia e a medicina, buscou regular os corpos e comportamentos de pessoas que escapavam aos padrões de gênero estabelecidos. A consequência disso foi um esforço permanente de transformação de todas as pessoas que transgredissem de algum modo as normas em seres humanos abjetos. Nesta lógica repressiva, tais sujeitos deveriam ser contidos, eliminados ou curados.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Frede, **“Bimba é Bamba”**: a capoeira no ringue. Salvador: Instituto Jair Moura, Núcleo de Documentação e Pesquisa da Capoeira, 1999.

ABREU, Martha. **Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

---

<sup>165</sup> Termo usado por HALBERSTAM, *Op. Cit.*

<sup>166</sup> No original, “very often the unholy union of femaleness and masculinity can produce wildly unpredictable results.”. HALBERSTAM, *J. Op. Cit.*, p. 29.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: inversão do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)**. SP: Intermeios, 2013.

ARAS, Lina e OLIVEIRA, Josivaldo de. Sob a pena da Lei: mulheres pobres e marginais. **POLITEIA: Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, 2003, p.163-174.

ASSIS, Nancy S. S. de. **Questões de vida e morte: valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930)**. Dissertação de mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

ASSIS, Nancy S. S. de. Crimes e criminosos em Salvador (1890-1930): Teses médicas, discursos e recepção jurídico-policia. **Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro: vol. 13, no 2, maio-agosto, 2021, p.263-285.

BACELAR, Jeferson, **A Hierarquia das Raças: negros e brancos em Salvador**. RJ: Pallas, 2008.

BROMN, Alexandra K. **“On the vanguard of civilization”: slavery, the police and conflicts between public and private power in Salvador da Bahia, 1835-1888**. Tese de doutorado (Doutorado em história), The University of Texas, 1998.

BUTLER, Judith **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** RJ: Civilização Brasileira, 2015.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. **Cadernos Pagu** (4), Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995, (4), pp.37-47.

COLLINS, Patricia Hill. Mammies, matriarcas e outras imagens de controle. In: **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamille P. Dias. 1º ed. S.P.: Boitempo, 2019.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**. Florianópolis: 2013, v. 21, n.1, janeiro-abril, pp. 241-282.

COSTA, Cláudia de Lima. O Leito de Procasto: Gênero, Linguagem e as Teorias Feministas. **Cadernos Pagu (2) 1994: pp. 141-174.**

DIAS, Adriana Albert. **Mandinga, Manha e Malícia: uma história sobre os capoeiras na capital da Bahia (1910-1925)**. Salvador: EDUFBA, 2006.

DIAS, Maria Odila L. da. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 2ª Ed., 1995.

FERREIRA FILHO, Alberto Heraclito. **Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza, Salvador, 1890-1940**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 2003.

FOLTRAN, Paula Juliana. **Mulheres incorrigíveis: Histórias de Valentia, Desordem e Capoeiragem na Bahia**. São Paulo: Ed. Dandara, 2021.

HALBERSTAM, Judith. An Introduction to Female Masculinity. In: **Female Masculinity**. Durham and London: Duke University Press, 1998.

LOMBROSO, Cesare.; FERRERO, Guglielmo. **A mulher delinquente: A prostituta e a mulher normal**. Curitiba: antoniofontora, tradução: Antonio Fontoura, 2017.

LUZ, Adriana de. **Mulheres e doutores: discursos sobre o corpo feminino, Salvador, 1890-1930**. Dissertação de mestrado (Mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1996.

MATA, Iacy M. Libertos na Mira da Polícia: Disputas em torno do trabalho na Bahia pós-abolição. **História Social**. Campinas, SP, n. 14/15, 2008

MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888)**. Salvador: EDUFBA, 2008.

MENDONÇA, Carolina Silva Cunha de. **Marias sem glória: retratos da prostituição feminina em Salvador nas primeiras décadas republicanas**, Dissertação de mestrado (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 2014.

MESSEDER, Suely. A. Masculinidades em corpos femininos: uma articulação entre pesquisa e extensão no Estado da Bahia. **Revista Feminismos**, 2015, [S. l.], v. 3, n. 1, pp. 100-106.

MESSERSCHMIDT, J. W. *Flesh & Blood: Adolescent Gender Diversity and Violence*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2004.

MOTT, Luiz. **O lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1987.

OLIVEIRA, Henrique. **“Os gatunos agem à vontade”: polícia, ciência e identificação criminal em Salvador, 1911-1922**. Dissertação de mestrado (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 2020.

OLIVEIRA, Josivaldo. P. de. Amarrando as saias: indícios sobre mulheres capoeiras na cidade da Bahia. In: OLIVEIRA, Josivaldo e LEAL, Augusto. **Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009.

OLIVEIRA, Josivaldo. P. de. **No tempo dos valentes: os capoeiras na Cidade da Bahia**. Salvador: Quarteto, 2005.

PALAZOZ, Jamile. **“Desordeiras” e “Turbulentas”: As presas da Correção de Salvador (1889-1890)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 2021.

PEREIRA, C. A. M. (1994). **O Direito de Curar: Homossexualidade e Medicina Legal no Brasil dos anos 30**. In: HERSCHMANN, M. M., PEREIRA, C. A. M. (Ed.). *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. RJ: Rocco, 1994.

PERROT, Michellet. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru, SP, EDUSC, 2005. (Coleção História).

PIRES, Antonio L. C. S. **A capoeira na Bahia de Todos os Santos: um estudo sobre cultura e classes trabalhadoras (1890-1937)**. Tocantins: NEAB; Goiânia: Grafset, 2002.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.1, p.155-167, jan, 2002.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890-1930**. RJ: Ed. Paz e Terra, 1985.

SANCHES, Maria Aparecida. **As razões do Coração: namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador 1889/1950**. Tese de doutorado (Doutorado em História Contemporânea), Universidade Federal Fluminense, 2010.

SANTANA, Nelia de. **A prostituição feminina em Salvador (1900-1940)**. Dissertação de mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1996.

SANTOS, Bruna R. **As construções dos femininos nos discursos de Nise da Silveira 1926-1967**. Tese de doutorado (Doutorado em História. RJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução Christine R. Dabat e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1991, pp.1-35.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**, SP: Brasiliense, 1983.

SILVEIRA, Nise M. da. **Ensaio sobre a criminalidade da mulher no Brasil**. Tese (Cadeira de Medicina Legal), Salvador, Faculdade de Medicina da Bahia, 1926.

SOARES, Cecília. **Mulher Negra na Bahia no Século XIX**. Dissertação de mestrado (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, 1994.



SOARES, Cecília. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n.17, 1996.

SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: **mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. **Proj. História**. São Paulo, 2002, (25), dez., pp. 269-289.

TELLES, Jocélio. “Incorrigíveis, afeminados, desenfreitados”: Indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, 1997, v.40, n.2, pp. 145-182.

**Recebido em:** 12/01/2023  
**Aprovado em:** 12/12/2023